



PSD p.10

“A determinação do Governo e dos Portugueses permitiu a obtenção resultados muito relevantes”



PSD p.7

O Secretário-Geral acompanha a actividade das estruturas locais do PSD

POVO LIVRE



nº 1772

6 de março de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Não nos podemos render a uma resposta súbita para os nossos males”



O Primeiro-Ministro na celebração dos 25 anos da TSF

Governo p.12

Manifestantes recusam convite de Marco António Costa

Parlamento p.16

O PS tem “uma mão cheia de nada” – Luís Montenegro

Ministros das Finanças da Europa concedem a Portugal e à Irlanda o prolongamento das maturidades dos empréstimos

Os ministros das Finanças da União Europeia decidiram mandar a 'troika' para avançar uma proposta no sentido de flexibilizar os empréstimos a Portugal e Irlanda. Em comunicado, a presidência do Ecofin elogia o progresso de Portugal no programa de ajustamento.

Os ministros das Finanças da União Europeia chegaram em Bruxelas a um acordo de princípio com vista à extensão dos prazos para pagamento dos empréstimos solicitada por Portugal e Irlanda, no quadro dos programas de assistência financeira.

Os 27 concordaram em solicitar à 'troika' que avance com uma proposta com as melhores opções possíveis para cada um dos dois países, tanto para os empréstimos concedidos ao abrigo do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) como do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira (MEEF), de acordo com uma declaração dos ministros das Finanças da UE.

Uma decisão sobre os moldes da ampliação dos prazos poderá ser tomada na próxima reunião do Eurogrupo, que terá lugar a 12 e 13 em Abril, em Dublin.

A 21 de Janeiro, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, solicitou ao Eurogrupo a extensão dos prazos de maturidade dos empréstimos a Portugal concedidos no quadro do programa de assistência financeira, de modo a facilitar o regresso aos mercados.

Na altura defendeu que a sustentabilidade do regresso pleno ao mercado de obrigações era tornado "mais difícil" pelo facto de Portugal enfrentar "uma concentração de pagamentos muito considerável nos anos de 2014, 2015 e 2016", pelo que era importante que as autoridades portuguesas pudessem contar com o apoio dos seus parceiros europeus "de forma a diluir e diferir esses compromissos ao longo do tempo".

A declaração adoptada hoje durante a reunião dos ministros das Finanças dos 27 (Ecofin) reitera a avaliação feita na véspera pelos ministros dos 17 países do euro (Eurogrupo) à implementação dos programas de ajustamento por Portugal e Irlanda, considerando que ambos continuam "no bom caminho e com bons desempenhos, apesar das atuais circunstâncias macroeconómicas". difíceis.

Os ministros das Finanças da UE recomendam às autoridades portuguesas e irlandesas que mantenham "um forte compromisso" com os respectivos programas de ajustamento, que, segundo o Ecofin, já teve resultados positivos no combate aos desequilíbrios acumulados. - Fonte: Le Soir.



18º SISAB – Portugal

O Primeiro-Ministro visitou o certame



O SISAB Portugal, este ano na sua 18ª edição, é a maior convenção anual de empresas e empresários líderes na exportação, cobrindo todas as actividades a elas necessárias e adjacentes, desde a indústria alimentar à Fileira da Terra, Florestas, Culturas, Transportes, Logística, para que, com base na diversidade e sofisticada procura internacional que exige de forma crescente, se faça uma selecção criteriosa dos agentes económicos presentes, que devem ter qualidade e volume capaz de satisfazer os vários mercados; certificação dos vários produtos, que respondam às elevadas exigências sanitárias, legais, linguísticas e outros. Assim os novos agentes económicos e novos Países, que passaram a integrar o SISAB Portugal, vêm satisfeitas as suas principais preocupações quanto a assegurar preços competitivos e justos a nível de transporte, embalagem, certificação, características e qualidade do produto.

Ao mesmo tempo, as empresas portuguesas irão adaptar-se às diferentes línguas (min. 10 a 12 línguas universais: Português, Inglês, Francês, Espanhol, Alemão, Japonês, Mandarim, Russo, Polaco, Árabe e outras como Húngaro, Italiano, ...) criando condições a nível de quadros, rótulos e documentação de acordo com a legislação em vigor em cada país importador.

Ao SISAB Portugal vêm homens de negócios de 80 países e 12 línguas.

O Primeiro-Ministro, que tinha visitado o SISAB quando ainda era líder da oposição, regressou agora e afirmou: «O SISAB PORTUGAL é uma iniciativa que marca bem o valor do empreendedorismo em Portugal»

O Chefe do Governo felicitou Carlos Morais pela iniciativa, afirmando que "longe de qualquer outra experiência que não seja a própria", o SISAB alcançou o sucesso de "ter tantos expositores portugueses, sobretudo com tantos estrangeiros a visitar-nos, e a fazerem negócios com produtos portugueses".

"Esse é o aspecto mais importante: conseguirmos saltar as barreiras que tornam mais difícil que as empresas portuguesas possam chegar ao exterior", afirmou o Primeiro-Ministro, desejando que a iniciativa e dinâmica do SISAB seja "reproduzida noutros sectores onde há produtos portugueses de grande qualidade a chegar ao exterior".

"As pessoas fazem muitas vezes uma ideia errada do que é a composição da nossa exportação", alertou Passos Coelho, sublinhando que Portugal tem hoje produtos de grande qualidade, de base tecnológica bastante alargada "e que competem em qualquer parte do mundo com o que de melhor se faz". E lamentou o facto de tal nem sempre ser conhecido, "mesmo pelos grandes economistas". "Por isso, temos que ser nós também a mostrar isso e a criar essa imagem", defendeu. No fim da visita voltou a referir a organização do SISAB PORTUGAL ao deixar o desejo de "um sucesso maior ainda do que nos eventos anteriores". Para o Primeiro-Ministro, o SISAB é uma iniciativa que "marca bem o valor do empreendedorismo em Portugal".

"Esta organização não resultou das associações do sector que impulsionadas pelas empresas tivessem mostrado serviço e apresentado um certame para as promover. Trata-se, sim, de uma iniciativa de uma empresa, que traz muita gente a Portugal, aumentado assim o nosso mercado potencial. E nós precisamos conquistar esse mercado com muita ambição", finalizou. - Gab. SISAB

“Debate de uma geração - Reforma do Estado”

Pedro Passos Coelho fala das correcções que é preciso fazer



O Primeiro-Ministro apelou à intensificação do debate sobre a reforma do Estado, para que os portugueses saibam que se está a preparar o futuro com “pés e cabeça” e não a deixar-se levar pela espuma dos dias.

Numa intervenção no encerramento de conferência da JSD, intitulada “Debate de uma geração - Reforma do Estado”, Pedro Passos Coelho dedicou grande parte da intervenção à Europa, reservando a parte final do discurso para falar “das importantes correcções” que é preciso fazer do lado do Estado.

Sublinhando a necessidade de intensificar o debate da reforma do Estado, Passos Coelho defendeu que é importante “oferecer a quem está em casa a informação necessária” que se está “a preparar o futuro com pés e cabeça” e não simplesmente a deixar-se “levar pela espuma dos dias ou sequer pelas modas passageiras”.

“É importante que este debate se intensifique, para que nós possamos no final do dia oferecer a quem está em casa preocupado em sintonizar com o que vai na alma dos portugueses, não apenas aquilo que é o exercício legítimo e às vezes necessário da nossa impaciência e da nossa ansiedade, como se passa às portas deste anfiteatro”, afirmou o primeiro-ministro, que fez toda a sua intervenção com o ‘eco’ dos protestos dos alunos da faculdade de Direito que se encontravam no corredor a gritar palavras como “gatunos” e “demissão”.

Antes, o primeiro-ministro voltou a recordar os desequilíbrios muito grandes que Portugal acumulou ao longo dos anos, uma parte dos quais da responsabilidade do próprio Estado.

“Nestes meses que levamos, praticamente vinte, que iniciámos o nosso programa de assistência económica e financeira apertámos muito o cinto, em parte com medidas temporárias, em parte com medidas estruturais, conseguimos reduzir a despesa do Estado. Mas, ainda vamos precisar de dar mais sustentabilidade a essa despesa do Estado, sem isso não é possível no futuro baixar a carga fiscal que é elevadíssima, reduzir mais rapidamente a nossa dívida perante o exterior e recuperar uma parte de investimento público que é necessário”, declarou.

Contudo, continuou, a reforma do Estado não pode ficar reduzida à dimensão financeira, que “de alguma forma funcionou como o gatilho para uma discussão mais ampla, mas não pode de maneira nenhuma ser um elemento redutor da discussão”.

“Não precisamos de por tudo em causa, mas precisamos de ser suficientemente livres para questionar muitas coisas”, salientou.

Um dos debates a fazer, acrescentou, é precisamente sobre o que fazer do Estado social, como se conseguirá sustentar o actual nível de Estado social.

“Como é que podemos assegurar que os recursos estão disponíveis para aqueles que precisam mais e como é que temos a certeza de que os impostos que os cidadãos pagam e que depois o Estado redistribui correspondem a uma correcção das injustiças na distribuição do rendimento”, questionou.

Por outro lado, frisou, ao longo dos anos o Estado foi crescendo “a um ritmo que se tornou demasiado pesado para os salários”.

Pois, continuou, há dificuldade em executar uma parte importante dos serviços que existem “dado que pouco sobra depois de se pagarem os salários para a actividade operacional”. – Fonte: Lusa



25 anos da TSF

“Não nos podemos render a uma resposta súbita para os nossos males”

Paulo Baldaia, actual responsável pela actividade da TSF, considerou no passado dia 27, que “a TSF foi a rádio que mudou o modo de fazer informação em Portugal”, numa entrevista a pretexto dos 25 anos da estação, sobre os desafios colocados à “única rádio privada de informação na Europa”.

A TSF iniciou nessa semana e durante dois dias, 28 de Fevereiro e 1 de Março, um ano de comemorações do aniversário, em tempos que “são outros” relativamente aos do seu nascimento em 29 de Fevereiro de 1988.

“Na altura, não havia rádios locais, não havia televisões privadas, os jornais, na sua maioria, ainda eram do Estado, portanto, havia muito para fazer e era preciso coragem para fazer diferente. Quem fez a TSF teve essa coragem”, diz com orgulho o seu actual director.

“O nosso ‘slogan’ dos 20 anos foi ‘A Rádio que mudou a rádio’, mas, na verdade, e com pretensiosismo o digo, a TSF foi a Rádio que mudou o modo de fazer informação em Portugal”, concretiza Paulo Baldaia.

O jornalista diz que “a TSF ainda tem muito do que levou à sua nascença”, mas admite que o seu “maior desafio” é hoje o de “manter a qualidade de informação, conseguindo também viabilizar financeiramente” o órgão de comunicação social que dirige.

“Não há projectos editoriais independentes se não houver projectos editoriais que sejam rentáveis, e no mínimo, que sejam capazes de gerar receita para pagar a despesa que têm. Esse é hoje o grande desafio, quer porque os tempos mudaram, e a concorrência é enorme, quer por que vivemos uma crise já há vários anos”, diz.

Paulo Baldaia está, não obstante, “muito optimista” quanto ao “negócio rádio”. “A rádio já morreu várias vezes e continua cá”, afirma o director da TSF. O facto é que, em tempos de crise, o meio rádio é aquele que “melhor se aguenta”.

Com a publicidade a cair para abaixo dos limiares de sobrevivência, Baldaia não vê alternativas à diversifica-



ção de receitas para manter a TSF no ar. “Temos tentado procurar outras fontes de receita que permitam que a TSF se mantenha como rádio de informação, mas que seja capaz de rentabilizar aquilo em que é boa a fazer, que é comunicar e informar. Esse é o grande desafio”

Álvaro Santos Pereira considera que o segredo da verdadeira recuperação está na agricultura e pescas

O ministro da Economia, numa das conferências comemorativas do 25º aniversário da TSF, escolheu como tema do aumento das exportações e da sua importância na economia nacional.

Assim, no dia 28 disse que, pela primeira vez “em muitas décadas”, Portugal terminou o ano passado com um peso das exportações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) a ultrapassar os 40%, quando este índice tem sempre vindo a aparecer bastante abaixo dos 30 % e que se pode esperar uma rácio ainda melhor nos tempos que se vão seguir.

Álvaro Santos Pereira, falava na conferência “A Soma das Partes” em Lisboa, um evento organizado na comemoração do aniversário da TSF, disse que “este é um resultado importante” que deve orgulhar os portugueses.

O Ministro, que centrou a sua intervenção no tema das exportações, adiantou que, a concretizar-se este dado, será “um resultado de todos e não um resultado do Governo”.

“Se olharmos para os últimos 150 anos, ao nível da balança de bens e serviços em percentagem do PIB, vemos que pela primeira vez desde 1943, vamos ter um saldo positivo da nossa balança comercial em 2013, ou seja vamos exportar mais do que aquilo que exportamos”, precisou.

Álvaro Santos Pereira referiu que um dos problemas

de Portugal “é não exportar o suficiente”, e que deveria estar “a exportar 70% a 90% do PIB”.

Álvaro Santos Pereira fez questão de salientar que Portugal está, em termos de ajustamento externo, “cerca de dois anos à frente do que as instituições internacionais previam” e que se chegou ao final de 2012 “com uma situação que já não tínhamos há uns bons anos”.

O responsável governamental elogiou os empresários, acreditando que as exportações continuarão a ser o motor da economia nos próximos anos: “os nossos empresários têm arregaçado as mangas, têm andado pelo mundo, têm-se internacionalizado e apostado nas exportações. Este processo certamente vai continuar não só por causa da queda do consumo interno mas também porque os nossos empresários estão a perceber muito claramente que há enormes vantagens da economia portuguesa se internacionalizar”.

O ministro voltou a criticar a política seguida pelos governos anteriores, principalmente o de José Sócrates, ao referir que só quando Portugal apostou nas exportações é que conseguiu crescer e “não quando andamos a fazer Parcerias Público Privadas (PPP) ou quando o Estado andou a vender imóveis a si próprio para esconder défices orçamentais”.

Álvaro Santos Pereira sublinhou que “não foi através do investimento público faraónico em obras de utilidade duvidosa” que Portugal cresceu, mas sim quando apostou “na indústria, nas exportações e nas pessoas”.

Para o ministro da Economia, o país negligenciou “muito dos sectores, nos quais agora precisamos de voltar a apostar” e criticou aqueles que pensavam que investir na agricultura, na indústria e no sector mineiro “não era muito ‘sexy’, quando sem as bases sólidas da agricultura e da pesca, não conseguiremos evoluir em todo o resto das nossas relações comerciais com o Estrangeiro.- Fonte: Lusa

Perder de vista a “serenidade”, apenas causa “danos” à democracia

Na sua conferência, o Primeiro-Ministro teve um intróito extremamente actual, defendendo que “a indignação por si só não é suficiente” para “uma política de resposta à crise” e afirmou que perder de vista a “serenidade”, “objectividade e “civilidade”, apenas causa “danos” à democracia, sem resolver coisa alguma no caso da crise económica e financeira.

“Não só pessoa alguma se pode arrogar o monopólio da consternação perante as dificuldades e os sofrimentos das pessoas, como também a indignação por si só não é suficiente para constituir uma política de resposta à crise”, afirmou Pedro Passos Coelho.

“É também aqui, junto dos altifalantes da discussão pública que ganham acrescido valor os requisitos indispensáveis a qualquer debate cívico, como a serenidade, a objectividade ou a civilidade. Não os podemos perder de vista sem causar danos à nossa democracia”, afirmou.

“Numa discussão travada com gritos de parte a parte são sempre os que menos voz têm, que acabam - não por perder mas - por não conseguir ser ouvidos... e menos voz não é, como se sabe, sinónimo de menos razão”, acrescentou.

Para o Primeiro-Ministro, “hoje tornou-se num imperativo democrático resistir à sedução das ‘terríveis simplificações’”.

“Não podemos aceitar que os sacrifícios, as dificuldades e o sofrimento das pessoas em Portugal e noutros Países europeus sejam “raptados” por propostas impensadas, que não fazem contas ao futuro, ou por promessas que nunca chegam a ser alternativas realistas com princípio, meio e fim”, disse, com grande convicção.

O texto completo do discurso do Primeiro-Ministro

«Estamos hoje reunidos para comemorar os 25 anos da TSF.

Nesta data vale a pena recordar que a TSF é duplamente filha da democracia. É filha da democracia porque concretiza, no mundo da rádio, a liberdade de expressão e de opinião que a Constituição da República consagra. Mas é filha da democracia também porque só pôde aparecer com a liberalização da rádio no final dos anos 80, e o nosso espaço público nunca seria inteiramente democrático sem a abertura da comunicação social à iniciativa privada.

Ao longo destes últimos 25 anos, a TSF afirmou-se como um pilar do nosso espaço público de comunicação. É cada vez mais evidente, sobretudo em períodos de crise como aquele que atravessamos, que a qualidade da democracia não é independente da vitalidade e da transparência do espaço público onde são debatidas ideias, onde são propostas alternativas, onde se criticam os caminhos seguidos e onde se analisam as escolhas anunciadas. Nos nossos tempos e nas nossas circunstâncias isso ainda é mais verdadeiro porque os nossos problemas são complexos e porque as soluções não se descodificam em meia-dúzia de segundos. Ao mesmo tempo, enfrentamos adversidades novas e por isso não podemos reconduzir a mensagem a comparações com as experiências do passado. Enfrentamos também tempos de grande incerteza no espaço europeu que nos envolve e isso contribui para tornar as questões que nos preocupam ainda mais densas e obscuras.

É exactamente por esses motivos que sentimos o dever redobrado de zelar pela vitalidade e pela qualidade do nosso espaço público de comunicação. No fundo, é aí que colectivamente nos damos a conhecer a nós próprios. E esse dever manifesta-se ainda de um outro modo. É que os agentes dinamizadores do espaço público como a TSF têm uma outra missão: a de serem os depositários da nossa memória colectiva.



A TSF e os restantes órgãos de comunicação social têm esta função crucial a desempenhar e que é uma função de serviço à democracia, porque sem memória colectiva o nosso debate público será severamente empobrecido. É uma função de serviço à democracia porque teremos uma democracia tão mais forte quanto maior melhor nos conhecermos a nós próprios. A democracia que se conhece bem a si mesma, que faz do debate contínuo a sua força motriz, que se expõe a si própria ao escrutínio e à participação dos seus cidadãos, é a democracia madura que Portugal, em particular nos últimos anos, tem dado variadíssimas provas de já ser.

É importante sabermos muito bem de onde vimos, conhecermos em profundidade o que já foi feito, e não olhar para os nossos problemas como se tivéssemos caído no mundo ontem. Tudo isto é importante para fazermos boas escolhas colectivas, para tomarmos decisões acertadas, para podemos seguir o nosso caminho enquanto povo livre, responsável e consciente. E é decisivo para não cedermos à tentação de nos rendermos a uma qualquer resposta miraculosa que trará uma solução súbita e definitiva para todos os nossos males.

A função de depositário da memória colectiva adquire ainda maior relevância neste momento da nossa história em que os acontecimentos e os desafios que vão surgindo aceleram a velocidade do nosso tempo. Todos temos a impressão genérica de que há muita coisa a acontecer e a acontecer muito depressa. O ciclo noticioso de 24 horas por dia é também um factor indutor desta aceleração e introduz a pressão para se concentrar toda a nossa atenção no derradeiro instante, na última frase dita, na última imagem registada. Isso leva-nos muitas vezes a esquecer que os acontecimentos resultam de encadeamentos de outros acontecimentos, ao invés de surgirem do nada. Nas actuais circunstâncias temos mais dificuldades em manter um

registo histórico da evolução das coisas, e as novidades que não se cansam de nos surpreender tornam quase impossível aquela contextualização sem a qual temos dificuldades em compreender o que se está a passar.

Estas são circunstâncias propícias ao que há já algum tempo se chamou as “terríveis simplificações”. As “terríveis simplificações” são naturalmente mais sedutoras quando o mundo parece menos previsível. Mas elas são também perigosas porque nos distraem do essencial e nos convocam para projectos insensatos. Hoje tornou-se num imperativo democrático resistir à sedução das “terríveis simplificações”. Não podemos aceitar que os sacrifícios, as dificuldades e o sofrimento das pessoas em Portugal e noutros países europeus sejam raptados por propostas impensadas que não fazem contas ao futuro, ou por promessas que nunca chegam a ser alternativas realistas com princípio, meio e fim. Não só ninguém se pode arrogar o monopólio da consternação perante as dificuldades e os sofrimentos das pessoas; como também a indignação por si só não é suficiente para constituir uma política de resposta à crise.

E, no entanto, é também aqui, junto dos altifalantes da discussão pública, que ganham acrescido valor os requisitos indispensáveis a qualquer debate cívico, como a serenidade, a objectividade ou a civilidade. Não os podemos perder de vista sem causar danos à nossa democracia. Numa discussão travada com gritos de parte a parte são sempre os que menos voz têm que acabam por perder - e menos voz não é, como se sabe, sinónimo de menos razão.

Minhas senhoras e meus senhores, atravessamos agora um momento muito significativo do nosso processo de ajustamento. Já estamos na segunda metade do período coberto pelo Programa de Assistência Económica e Financeira. A sétima revisão regular que teve início esta semana irá já reflectir esta nova fase do



nosso processo de ajustamento, a fase em que temos de preparar o pós-troika, em que teremos de fazer o nosso caminho pelo nosso próprio pé.

O nosso futuro pós-troika terá tolerância zero para erros como aqueles que fomos cometendo até há pouco tempo

Por um lado, esse é um objectivo nacional – a recuperação da nossa autonomia. Precisamos de reaver a nossa autonomia para definirmos com outra latitude as nossas políticas económicas e sociais. Mas, por outro lado, sem o financiamento garantido pelos nossos parceiros, os riscos de más decisões como as que tomámos no passado, ou das omissões em que incorremos na última década, serão elevadíssimos. O nosso futuro pós-troika terá tolerância zero para erros como aqueles que fomos cometendo até há pouco tempo e que agora alguns estranhamente querem repetir. Todas as razões nos exigem que preparemos este período da nossa vida colectiva com antecipação, prudência e sabedoria.

Em grande medida, essas preparações já começaram.

As muitas reformas estruturais que introduzimos na economia visaram preparar o crescimento no futuro próximo.

As bases institucionais das finanças públicas que reformámos, incluindo a ratificação do Tratado europeu de Estabilidade, Coordenação e Governação, entretanto transposto para a nova Lei de Enquadramento Orçamental, também têm por objectivo dar outra sustentabilidade e credibilidade às nossas contas públicas.

E não é menos verdade que mesmo no plano da reforma do Estado essas preparações já se iniciaram há algum tempo.

São exemplo disso as reformas que levámos a cabo na Justiça, com a Lei da Organização do Sistema Judicial, a Lei da Arbitragem Voluntária, a reforma da Acção Executiva ou o novo regime de Organização e Funcionamento dos tribunais judiciais.

São ainda exemplo de reformas no Estado o PREMAC que permitiu reduções de 40 por cento nas estruturas superiores da Administração Central e de 27 por cento no número de cargos dirigentes.

Ou o ponto final que colocámos a uma prática de décadas de partidização da Administração Pública através da generalização do acesso aos cargos por concurso aberto e independente, e não por nomeação.

Ou a avaliação a que foram sujeitas as fundações que têm acesso a recursos públicos, e a respectiva racionalização na distribuição desses recursos.

Poderia dar exemplos na Administração Local, como o novo regime jurídico das Actividades Empresariais Locais, que irá finalmente permitir o escrutínio e a boa gestão do universo das empresas municipais. Ou como a Reorganização Territorial Autárquica que modernizou

o mapa das freguesias que herdámos do século XIX.

Poderia dar o exemplo da profunda reestruturação



do Sector Empresarial do Estado que teve lugar nestes últimos 20 meses.

Poderia dar o exemplo da reforma do Licenciamento Industrial, ou do Licenciamento ambiental que está para breve.

Poderia dar o exemplo da Reforma Hospitalar que inclui um projecto-piloto para a disponibilização aos utentes da nota informativa do custo suportado pelo SNS nos cuidados de saúde prestados.

Os exemplos são muito variados, como qualquer pessoa pode constatar. Todos eles são elementos de uma reforma do Estado. De uma reforma do Estado que já começou. Mas que agora precisa de um novo fôlego.

Foi então para proporcionar um novo fôlego reformista que há alguns meses propus a todo o País que debatêssemos essa nova fase de reforma do Estado. Precisamos de mobilizar a nossa criatividade mas também o nosso realismo para esta discussão. Não devemos abordar esta reforma como um conjunto de perdas que temos de suportar, mas como uma oportunidade para elevar o nosso tecido institucional para níveis superiores de qualidade e de eficácia.

Trata-se de uma oportunidade que não poderia aparecer enquanto estivéssemos a acudir às sucessivas emergências que se foram declarando por causa do estado muito precário do País em 2011 e nos primeiros meses de 2012.

Uma oportunidade que não poderia aparecer enquan-

to a nossa credibilidade não chegasse àquele ponto em que já nos é permitido olhar de frente para o futuro, e não ter o olhar fixo apenas no próximo ciclo de financiamento, como infelizmente é o caso para alguns dos nossos parceiros europeus.

Uma oportunidade que não poderia aparecer sem que primeiro tivéssemos levado a cabo um movimento de reforma inicial que nos desse um conhecimento muito mais detalhado das ineficiências, das necessidades, das sobreposições, das possibilidades de mudança. Essa preparação foi indispensável para agora podermos proceder a esta segunda fase de reforma do Estado.

Com este novo fôlego de reforma queremos um Estado mais ágil, mais parceiro da sociedade civil e da economia, mais eficiente no uso de recursos que são de todos. Queremos um Estado preparado para fazer face às mudanças que estão a ocorrer na sociedade portuguesa, como o envelhecimento da população, as alterações na estrutura das famílias portuguesas, ou os novos ciclos de vida profissional da economia do conhecimento.

A reforma do Estado tem de incluir objectivos de poupanças permanentes na despesa pública

A Reforma do Estado deve obedecer ao duplo princípio geral de maximização das oportunidades para todos e da mobilização dos recursos para melhorar as condições e perspectivas de vida dos membros mais desfavorecidos da sociedade. Para isso, precisamos de um Estado que assuma um papel de agente de investimento social. Isto é, um Estado investidor na capacitação de todos e mais capaz de quebrar a transmissão intergeracional da pobreza. Um Estado mais promotor da justiça social, da equidade e da mobilidade social.

Mas esta reforma do Estado também tem de incluir alguns objectivos de poupanças permanentes na despesa pública.

Em primeiro lugar, a necessidade de obtermos poupanças permanentes significativas para o princípio do período pós-troika declarou-se assim que se tornou notório que o ajustamento da economia portuguesa estava a prosseguir a uma velocidade e a uma profundidade muito diferentes do que aquilo que tinha sido planeado inicialmente quando se elaborou o Memorando de Entendimento. Se as poupanças se tornaram necessárias mais depressa do que inicialmente previsto, também se tornou claro que realizá-las com a razoabilidade que é exigível não é possível sem mudanças nas estruturas do Estado. Sem essas mudanças, as poupanças programadas não seriam nem sustentáveis, nem conciliáveis com o exercício das funções que o Estado não pode dispensar.

Em segundo lugar, nós queremos uma fiscalidade mais baixa e mais compatível com o crescimento da economia e com a autonomia dos cidadãos. Ora, ninguém pode comprometer-se com impostos mais baixos para as famílias e para a actividade económica se não se comprometer do mesmo modo com poupanças permanentes da despesa do Estado. Não poderemos ter impostos mais baixos, se não ajustarmos a despesa do Estado de modo sustentado e duradouro a um esforço fiscal aceitável para todos.

Minhas senhoras e meus senhores, aqui chegados temos uma escolha a fazer. Ou deixar tudo na mesma e nada fazer, como alguns pedem. Ou então enfrentar os nossos problemas, pensar o que queremos para o futuro e não hesitar na nossa tarefa. Eu proponho que cumpramos o nosso dever.

No meio das actuais dificuldades precisamos de nos manter fiéis à nossa estratégia, a única que veio com realismo para cima da mesa e se manteve plausível, exequível e credível, permitindo-nos olhar o futuro de frente.

O que está em causa neste grande desafio reformista é o nosso futuro colectivo, o futuro de um povo trabalhador, clarividente, livre, orgulhoso de si, e que quer retomar o seu caminho junto dos outros povos democráticos na busca da sua prosperidade e da sua felicidade. Por tudo isto, vale a pena ir ao fim da rua, vale a pena ir ao fim do mundo, como diz o lema da TSF. Muito obrigado.» Fonte: Gabinete do PM

O Secretário-Geral acompanha a actividade das estruturas locais do PSD

O Secretário-Geral Nacional, José Matos Rosa, consagrou o fim de semana a visitas a estruturas locais do nosso Partido, tendo estado em Penamacor (Distrito de Castelo Branco) onde inaugurou a nova sede da Secção do PSD, tendo-se deslocado também a Povoia de Santa Iria e a Sobral de Monte Agraço, para a apresentação de candidaturas de Joaquim Biancard Cruz (Câmara de Sobral) e

Na inauguração da nova sede do PSD de Penamacor

No acto inaugural da nova sede, o Secretário-Geral, Matos Rosa, fez uma breve alocução, na qual, após cumprimentar as entidades presentes, Presidente da Distrital do PSD de Castelo Branco, Presidente do CPS Penamacor, afirmou: "... o PSD de Penamacor dispõe a partir de agora, de uma sede para os nossos militantes, apoiantes, companheiros e todos aqueles que se identificam com o PSD.

O PSD é uma família política grande e cada vez que uma Secção inaugura uma sede partidária, temos um motivo acrescido que nos enche de muito orgulho, de muita alegria... Somos o Partido Social Democrata, a força política com que os penamacorenses podem contar!

Quero saudar a Comissão Política de Secção por este sinal de abertura aos nossos militantes.

Penamacor tem estado com o PSD, em todas as horas, nas boas e mais difíceis, e quero, por isso, agradecer a vossa presença, aqui, na nova casa do PSD.

Nós queremos um PSD aberto à sociedade, um PSD que saiba ouvir e acarinhar os seus militantes, acolher as suas ideias e propostas.

Todos são bem-vindos!

Acredito profundamente que cada um de vós tem uma palavra relevante nos nossos designios colectivos."

Depois, Matos Rosa entrou em matéria política e falando das próximas eleições autárquicas, do próximo mês de Outubro, afirmou: "Como sabem, as direcções nacionais do PSD e do CDS firmaram um acordo de coligação para as Autárquicas. É um acordo que reconhece o Poder Local enquanto expressão da vontade democrática das populações.

Aqui, em Penamacor, os nossos objectivos são claros:

- Queremos conquistar a presidência da Câmara Municipal;
- Obter o maior número de mandatos autárquicos;
- Alcançar o maior número de Juntas de Freguesias no concelho.

Penamacor depende da mobilização dos militantes do PSD. De todos nós!

Vamos trabalhar para darmos um futuro à Beira Baixa. Precisamos de um governo local com pessoas competentes e generosas.

E o PSD tem essas pessoas... muitas das quais estão aqui, hoje...

Penamacor vai dar muitas alegrias ao PSD nacional e a esta maravilhosa terra!

Permitam-me que vos interpele sobre o actual momento político.

Vivemos tempos de dificuldades, e para responder aos erros que se cometeram, aos problemas resultantes de anos a fio de má decisão política, estamos a fazer reformas, muitas das quais trazem sacrifícios para as pessoas.

Os erros que os Socialistas cometeram perseguem-nos todos os dias...

- o endividamento progressivo;
- a má aplicação de fundos comunitários;
- a adopção de políticas erradas e trágicas – nas infra-estruturas, na formação e educação, na Saúde, e em geral, nas funções essenciais do Estado;
- a falta de coragem e incapacidade para reformar



estruturalmente o Estado – na Justiça, na Administração Pública, no Estado Social,...

- a ausência de políticas consistentes dirigidas às Pequenas e Médias Empresas e à captação de investimento duradouro;

E, mais adiante: "O nosso Governo viu-se envolvido num "incêndio" com cinco frentes:

- uma crise de contas públicas;
- uma crise de endividamento externo e de défice da balança corrente;
- uma crise do sistema financeiro nacional;
- uma crise de endividamento do sector privado, das empresas e das famílias;
- e a crise mais fundamental de todas, uma crise de crescimento, de competitividade e de estagnação social.

Ora, estamos a trabalhar para resolver estas crises, para salvar postos de trabalho, defender o Estado Social e atrair investimentos. Ora, nestas acções, a consolidação orçamental foi a nossa primeira prioridade.

- Aprovámos a Lei de Enquadramento Orçamental, que inclui a chamada "regra de ouro", que determina que o défice nominal não deve ser superior a 3 por

cento do PIB;

- Aprovámos uma proposta de uma nova Lei das Finanças Locais e de uma nova Lei das Finanças Regionais. Com elas, ficam determinados novos limites para a dívida e para o défice locais e regionais.

Também em matéria de Economia e de Crescimento, queria dar-vos conta de notáveis iniciativas.

- Com a linha PME Crescimento, disponibilizámos 2500 milhões de euros à economia. E neste ano de 2013, a nova linha de crédito para PME disponibilizará mais 2000 milhões de euros.

- A linha de crédito Investe QREN trouxe mais 1000 milhões de euros para investimentos.

- Reprogramámos e agilizámos os fundos do QREN para direccionar os fundos europeus para áreas verdadeiramente estratégicas.

- Procedemos ao pagamento de cerca de 1500 milhões de euros de dívidas acumuladas no sector da Saúde a farmácias e laboratórios.

- Procedemos ao pagamento de 1000 milhões de euros de dívidas acumuladas às autarquias.

- Poupámos centenas de milhões de euros nas Par-

cerias Público-Privadas (em especial, nas SCUT);

- Mexemos nas rendas excessivas no mercado energético;
- Reestruturámos o Sector Empresarial do Estado, em particular das empresas de transportes públicos;
- Procedemos à revisão das leis laborais;
- Elaborámos uma nova Lei da Concorrência, introduzimos um novo Código das Insolvências e da Recuperação de Empresas;
- Eliminámos fundações;
- Reordenámos a Rede Escolar e a estrutura curricular, instituímos o Estatuto do Aluno e Ética Escolar e um novo regime de avaliação dos professores;
- Extinguimos os Governos Cívicos...

E assim, caros companheiros, este Governo apresenta soluções!

Mas nós sabemos que temos, ainda, pela frente muito trabalho. Portugal não pode parar!

Todos desejamos um Portugal próspero, um País com oportunidades para os cidadãos, famílias e empresas, uma terra de bem-estar e segurança, um lugar onde as instituições funcionem, onde a Justiça seja rápida e eficaz... um País com hospitais, mas sem listas de espera...

Um País onde possamos construir um projecto de vida...

E terminou, afirmando: «Agradeço o amável convite para estar na inauguração da vossa sede. Muito obrigado pela vossa generosidade e dedicação ao Partido! Viva Penamacor! Viva o PSD! Viva Portugal!»

Em Santa Iria (Vila Franca de Xira) O PSD passa a ter uma Sede própria



Em Santa Iria, com a inauguração da Sede do PSD local, Matos Rosa, após cumprimentar o Presidente da secção de Vila Franca, Gonçalo Xufre Silva, e o Presidente do Núcleo, Paulo Barroca, dirigiu a todos os presentes e após condecorar a importância que representa, para a nossa "família política" ter agora a sua "casa", salientou que ela será um local de reunião e convívio dos nossos militantes, apoiantes, companheiros e todos aqueles que se identificam com o PSD, uma família política grande e uma inauguração que nos enche de muito orgulho, de muita alegria, o que o levava a uma saudação especial à Comissão Política de Núcleo.

Sendo companheiros de todas as horas, as boas e as más, esta terra e este Concelho continuarão a ser, com o PSD, uma zona aberta à sociedade, um PSD que sabe ouvir e acarinhar os seus militantes e apoiantes e acolher as suas ideias e propostas, pois todos são bem-vindos e cada um se quiser, terá uma palavra relevante nos nossos desígnios colectivos.

Lembrando as autárquicas que se aproximam, assinou o acordo de coligação entre as Direcções nacionais do PSD e do CDS, para as Autárquicas, com reconhecimento pleno da importância do Poder Local, enquanto expressão da vontade democrática das populações, sendo claros os objectivos na Póvoa de Santa Iria:

- conquistar a presidência da Junta de Freguesia;
- Obter um resultado histórico nesta terra;

A Póvoa de Santa Iria depende da mobilização dos militantes do PSD e precisamos de

trabalhar para dar um futuro a esta terra. Precisamos de um governo local com pessoas competentes e generosas e elas existem, estão no PSD - muitas das quais estão aqui, hoje!

Matos Rosa lembrou ainda as principais facetas do



actual momento político, dos tempos de dificuldades que atravessamos e da necessidade de responder aos erros que se cometeram, aos problemas resultantes de anos a fio de má decisão política, de fazer reformas, muitas das quais trouxeram sacrifícios para as pessoas, que todos os dias as sentem, devido - fundamentalmente, aos erros que os Socialistas cometeram e nos perseguem-nos todos os dias, como o excesso de endividamento, a má aplicação de fundos comunitários, a adopção de políticas erradas e trágicas nas infra-estruturas, na formação e educação, na Saúde, e em geral, nas funções essenciais do Estado, tudo isso complicado com a falta de coragem do PS e a sua incapacidade para reformar estruturalmente o Estado - na Justiça, na Administração Pública, no Estado Social e de elaborar e levar à prática, políticas consistentes dirigidas às Pequenas e Médias Empresas e à captação de investimento duradouro;

E, após enumerar as principais medidas que o Governo está pôr em prática, agradeceu, em nome da Direcção Nacional, o convite para estar na inauguração da vossa sede e terminou dizendo como "palavra de Ordem": «... muito obrigado pela vossa generosidade e dedicação ao Partido!, Viva a Póvoa de Santa Iria!, Viva Vila Franca de Xira! Viva o PSD!, Viva Portugal!»



Apresentação do candidato da coligação a Sobral de Monte Agraço

Em Sobral de Monte Agraço, o Secretário-Geral, em presença do Deputado Duarte Pacheco, que é também o Presidente da Distrital do PSD de Lisboa (Área Oeste), fez a apresentação formal do candidato da coligação do PSD-CDS/PP à Câmara Municipal daquela importante Vila, afirmando:

Ilustres autarcas e dirigentes locais, caros amigos e companheiros: é com a maior honra e profunda satisfação, que venho a Sobral de Monte Agraço estar com amigos. E esta é uma alegria sincera, que serve para testemunhar a apresentação da candidatura daquele que será o próximo Presidente da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço... Joaquim Biancard Cruz!

Gostaria de saudá-lo pela disponibilidade em liderar uma equipa que irá mudar este Concelho.

Os Sobralenses devem sentir-se orgulhosos por terem um candidato que ama esta terra, sente a alma da Área Oeste e de gerações inteiras que honram a história deste município.

Joaquim Biancard Cruz é um jovem de grandes capacidades profissionais, políticas e humanas. Joaquim Biancard Cruz é um candidato de excelência. É um homem competente, justo e determinado. É o protagonista da afirmação do povo de Sobral de Monte Agraço!

As pessoas, os militantes, os nossos apoiantes e todos os que se encontram aqui nesta sala, estão preparadas para travar consigo um combate difícil até às eleições do próximo mês de Outubro. Eles estão mobilizadas para que Sobral de Monte Agraço se afirme como uma referência na Área Oeste de Lisboa.

Sobral de Monte Agraço quer Joaquim Biancard Cruz e Joaquim Biancard Cruz vai liderar esta terra!

Hoje, paira em Sobral o reino da anarquia. A CDU não tem ideias, não tem coragem, não consegue definir uma Estratégia de Ambição.



É hora de entrarem em acção Homens capazes de fazer um virar de página no Concelho e, neste tempo de exigência, acreditamos em homens desta grandeza, como Joaquim Biancard Cruz, que vai ser o protagonista da mudança, porque a nossa obrigação, na qualidade de responsáveis partidários, é construir um Portugal com futuro para os nossos filhos.

Relembremos algumas palavras sábias do nosso fundador, Francisco Sá Carneiro, em 1974:

«O Povo Português tem muito bom senso e não se deixa levar por demagogia. Percebe perfeitamente o que está em jogo.»

Caros companheiros, as eleições autárquicas são

fundamentais para:

- Aprofundarmos a democracia;
- Promovermos a coesão territorial;
- Fomentarmos o empreendedorismo de base local, inovando e arriscando, tirando partido dos talentos, da criatividade e das infra-estruturas;
- Assegurarmos a igualdade de oportunidades e a mobilidade social;
- Apostarmos na eco-eficiência e nas tecnologias limpas.

Caros companheiros, vivemos tempos de dificuldades, e para responder aos erros que se cometeram,

aos problemas resultantes de anos a fio de má decisão política, estamos a fazer reformas, muitas das quais trouxeram sacrifícios para as pessoas.

Os erros que os Socialistas cometeram perseguem-nos todos os dias...

- o endividamento progressivo;
- a má aplicação de fundos comunitários;
- a adopção de políticas erradas e trágicas – nas infra-estruturas, na formação e educação, na Saúde, e em geral, nas funções essenciais do Estado;
- a falta de coragem e incapacidade para reformar estruturalmente o Estado – na Justiça, na Administração Pública, no Estado Social,...
- a ausência de políticas consistentes dirigidas às Pequenas e Médias Empresas e à captação de investimento duradouro;

O nosso Governo, qual corporação de bombeiros com recursos que tinham sido esbanjados pelas direcções anteriores, viu-se envolvido no combate a um “incêndio” que tinha, nada menos de cinco frentes:

- uma crise de contas públicas;
- uma crise de endividamento externo e de défice da balança corrente;
- uma crise do sistema financeiro nacional;
- uma crise de endividamento do sector privado, das empresas e das famílias;
- e a crise mais fundamental de todas, uma crise de crescimento, de competitividade e de estagnação social.

Ora, estamos a trabalhar para resolver estas crises, para salvar postos de trabalho, defender o Estado Social e atrair investimentos, tendo a consolidação orçamental como primeira prioridade e para isso, entre outras medidas importantes, aprovámos a Lei de Enquadramento Orçamental, que inclui a chamada “regra de ouro”, que determina que o défice nominal não deve ser superior a 3 por cento do PIB e aprovámos uma proposta de uma nova Lei das Finanças Locais e de uma nova Lei das Finanças Regionais. Com elas, ficam determinados novos limites para a dívida e para o défice locais e regionais.

Em matéria de Economia e de Crescimento, queria dar-vos conta de notáveis iniciativas, incluindo a linha PME Crescimento, disponibilizando 2500 milhões de euros à economia. E neste ano de 2013, a nova linha de crédito para PME disponibilizará mais 2000 milhões de euros e a linha de crédito Investe QREN trouxe mais 1000 milhões de euros para investimentos.

Reprogramámos e agilizámos os fundos do QREN, para direccionar os fundos europeus para áreas verdadeiramente estratégicas.

Procedemos ao pagamento de cerca de 1500 milhões de euros de dívidas acumuladas no sector da Saúde e farmácias e laboratórios.

Procedemos ao pagamento de 1000 milhões de euros de dívidas acumuladas às autarquias.

Poupámos centenas de milhões de euros nas Parcerias Público-Privadas;

Mexemos nas rendas excessivas no mercado energético;

Reestruturámos o Sector Empresarial do Estado, em particular das empresas de transportes públicos;

Procedemos à revisão das leis laborais;

Elaborámos uma nova Lei da Concorrência, introduzimos um novo Código das Insolvências e da Recuperação de Empresas;

Eliminámos fundações;

Reordenámos a Rede Escolar e a estrutura curricular, instituímos o Estatuto do Aluno e Ética Escolar e um novo regime de avaliação dos professores;

Extinguimos os Governos Cívicos...

Este Governo apresenta soluções! Estamos a cumprir pelos Portugueses! Este é um Governo patriótico!

Companheiros, nas vossas casas, nos vossos locais de trabalhos, nas ruas, nos cafés, na Internet... partilhem esta mensagem: o único candidato capaz de construir projectos para o seu concelho, desenhar um futuro para as próximas gerações de Sobral de Monte Agraço e que é JOAQUIM BIANCARD CRUZ.

Viva Sobral de Monte Agraço!, Viva Portugal!»

Reunião da Comissão Política Nacional

“A determinação do Governo e dos Portugueses permitiu a obtenção resultados muito relevantes”



«Nos últimos 20 meses, o Governo assumiu o objectivo de respeitar os compromissos externos em torno da consolidação das contas públicas e da concretização de uma agenda de reformas estruturais, procurando credibilizar a nossa posição junto dos nossos parceiros internacionais, concluir o mais rapidamente possível o Memorando de Entendimento e regressar ao financiamento através do mercado, reconquistando a nossa plena soberania financeira e recuperando o direito de fazermos escolhas inteiramente livres.

«Nestes 20 meses, apesar de uma conjuntura adversa – patente na instabilidade na zona euro, no alastramento da crise da dívida soberana a mais Estados-Membros, na tendência recessiva na União Europeia e na postura irresponsável e pouco empenhada daqueles cuja acção tornou inevitável o pedido de ajuda externa e que negociaram, em nome de Portugal, as metas orçamentais e as reformas estruturais previstas no MoU, a determinação do Governo e dos Portugueses permitiu a obtenção resultados muito relevantes.

«Estes resultados, não justificando sentimentos de euforia ou de triunfalismo, deram um sentido útil aos sacrifícios realizados e abriram um horizonte de confiança e de esperança para Portugal e para os Portugueses.

«A 7ª Avaliação do Memorando de Entendimento (MoU), agora iniciada, decorre num contexto importante:

Em primeiro lugar, num contexto de cumprimento, por parte de Portugal, do essencial do Programa de Ajustamento, traduzido na redução muito significativa do nosso défice orçamental (de 10% para 5%), do nosso défice estrutural (em cerca de 6%) e do nosso défice externo (de 10% para 2%) e na concretização de um conjunto ambicioso de reformas estruturais há muito tempo reclamadas;

«Em segundo lugar, a 7ª avaliação decorre num contexto de agravamento da situação económica na Europa, com efeitos negativos para as nossas exportações. Não podendo o nosso modelo de crescimento, como alguns teimam em acreditar, basear-se no endividamento externo, a nossa recuperação económica depende em larga escala do aumento das exportações e da captação do investimento externo e do investimento privado. Logo, a deterioração económica da UE penaliza a nosso potencial de crescimento e emprego.

«Assim, o PSD considera importante que, no curto prazo, a credibilidade alcançada por Portugal nos últimos 20 meses permita:

1. O prolongamento por um ano do prazo previsto para a correcção da situação do défice orçamental excessivo, atendendo às consequências negativas, para Portugal, do agravamento das perspectivas económicas para a Europa. Este ajustamento das metas orçamentais não deverá configurar o prolongamento do Programa de Ajustamento para lá de 1 de Julho de 2014 nem o pedido de um novo envelope financeiro de ajuda externa.

2. Melhorar as condições de pagamento da dívida, designadamente, através do reescalonamento dos prazos de pagamento dos empréstimos contraídos por Portugal no âmbito do MoU, nos termos tornados públicos pelo Governo, há algumas semanas, no Eurogrupo, de modo a facilitar o regresso ao mercado primário de obrigações.

3. Adoptar mecanismos que contribuam para a redução dos custos de financiamento da economia.

«Por outro lado, o PSD considera fundamental preparar uma nova fase de consolidação orçamental e de crescimento sustentável, num horizonte temporal pós-troika, assente em três dimensões estruturais:

«Em primeiro lugar, a modernização e redefinição das funções do Estado com o objectivo de reduzir, estruturalmente, a despesa pública; reforçar as condições de justiça social e de igualdade de oportunidade; modernizar e qualificar os serviços públicos; e valorizar o dinamismo, a autonomia e a vitalidade da sociedade.

«Em segundo lugar, a concretização de uma política fiscal, designadamente no âmbito da reforma do IRC, mais alinhada com os objectivos do crescimento e emprego;

«Em terceiro lugar, a adopção de uma estratégia de investimento selectivo e reprodutivo, identificando sectores prioritários, reforçando o papel da inovação e do empreendedorismo na criação de valor económico e social e criando as condições de maior atracção de investimento externo e privado».- Declaração do 1º Vice-Presidente, Jorge Moreira da Silva



Na passada semana, estiveram reunidos, na Sede Nacional do PSD e em trabalho de preparação das próximas Autárquicas-2013, Deputados, Dirigentes locais e Autarcas do PSD do Distrito de Setúbal, com o Secretário-Geral nacional, José Matos Rosa e o 1º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva.

Debate nos 125 anos do JN

Manifestantes recusam convite de Marco António Costa



O secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Marco António Costa, foi interrompido por um grupo de manifestantes que entoaram a “Grândola” quando o governante falava numa conferência na Universidade do Minho. Com alguns enganos, os cerca de 20 manifestantes, do movimento “Que se lixe a Troika”, cantaram a música de Zeca Afonso até ao fim.

A conferência integra-se nas comemorações dos 125 anos do “Jornal de Notícias”. Marco António Costa ainda convidou os manifestantes a ficarem na sala, para ouvirem o que ele tinha para dizer, mas o convite não seria aceite.

No final, em declarações aos jornalistas, o governante disse que reagiu “bem” aos protestos, acrescentando que teve “pena” que os manifestantes “não tivessem tido disponibilidade” para ouvir a sua intervenção.

“Eu falei de temas que são muito actuais e muito relevantes, particularmente para a juventude”, acrescentou, dando como exemplos o programa Coojovem e a economia social. “Teria sido útil, na minha opinião – sou juiz em causa própria ao dizer isto – terem tomado conhecimento destes elementos, que se prendem com o bem-estar e, acima de tudo, com aquilo que são os heróis anónimos de um país, que todos os dias, nas instituições sociais, têm voluntários que garantem uma rede de solidariedade extraordinária”, disse ainda.

Conselho de Ministros de 28 de Fevereiro de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução com a decisão final referente ao processo de censo às fundações.

No seguimento do censo e avaliação às Fundações e conseqüente audiência de interessados, foi preparado o processo de decisão final, hoje aprovado, referente às fundações que participaram no censo.

A conclusão para um universo de 423 Fundações identificadas (não IPSS) é a seguinte:

- Relativamente a 98 fundações, foi decidida a manutenção dos termos da sua relação com o Estado (não há alterações a promover, sendo a grande maioria fundações privadas);
- Quanto a 132 fundações, foram decididas propostas de alteração envolvendo decisões, recomendações ou propostas de extinção, decisões de redução total ou parcial de apoios e ainda a cessação do estatuto de utilidade pública.
- No que respeita a 193 fundações identificadas como não respondentes ao censo, em relação às quais será observado o disposto no Orçamento do Estado para 2013 (proibição de transferências).

Relativamente às propostas e recomendações realizadas às Regiões Autónomas e autarquias locais, o Governo, em respeito pela autonomia constitucionalmente reconhecida, limita-se a divulgar uma síntese da informação relativa às decisões que foram tomadas e comunicadas por aquelas entidades.

2. O Conselho de Ministros aprovou o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 (Estratégia para a Eficiência Energética - PNAEE 2016) e o Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis para o período 2013-2020 (Estratégia para as Energias Renováveis - PNAER 2020).

No que respeita ao PNAEE, o principal objectivo da sua revisão é o de projectar novas acções e metas para 2016, integrando as preocupações relativas à redução de energia primária para o horizonte de 2020, constantes



da directiva comunitária relativa à eficiência energética.

Com o mesmo horizonte temporal do PNAEE, o PNAER é redefinido em função do cenário actual de excesso de oferta de produção de electricidade decorrente de uma redução da procura, de forma a adequar e a mitigar os custos inerentes.

O plano mantém a aposta nas fontes de energia renovável (FER), muito relevantes na promoção de um mix energético equilibrado, que reforce a segurança de abastecimento e diminua o risco da variabilidade do preço de determinadas commodities e respectivas implicações na factura energética nacional, mas exige uma maior selecção dos apoios, que devem ser direccionados para as FER com maior maturidade tecnológica e racionalidade económica, sem prejuízo de mecanismos de apoio às

tecnologias em fase de Investigação e Desenvolvimento.

3. O Governo aprovou um diploma relativo à homologação de tractores agrícolas ou florestais de rodas, transpondo um conjunto de directivas comunitárias no sentido do reforço da segurança e do ambiente, adaptando ainda a legislação aos progressos técnicos entretanto verificados.

4. O Conselho de Ministros aprovou a realização de despesa com a aquisição de serviços de vigilância e segurança para vários organismos do Ministério da Saúde para o período de 2013 e 2014.

A despesa autorizada é de cerca de 13,37 milhões de euros, a efectuar em 2013 e 2014, sendo os encargos repartidos por cada uma das entidades adjudicantes.- Fonte: Gab. Cons. Min.

Ministro da Economia

Parceria com os chineses vai permitir expansão para outros mercados

No passado dia 27, o Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, afirmou que o novo centro de investigação da REN em parceria com os chineses da State Grid, num investimento de 12 milhões de euros, vai contribuir para as duas empresas se expandirem noutros mercados.

Álvaro Santos Pereira, que assinou hoje em Lisboa o acordo para a criação do centro de investigação e desenvolvimento em Portugal na área da energia, juntamente com o embaixador chinês e os responsáveis das duas empresas, disse que a nova estrutura “pode assumir uma posição de relevo no sector da energia em Portugal já que irá certamente contribuir para o desenvolvimento do sistema energético mais eficiente e sustentável”.

O ministro lembrou que a criação do novo centro “é também uma aposta do Governo” já que decorre “dos compromissos assumidos aquando da venda de 25% do Estado português na REN à State Grid”, havendo a intenção “de colocar a REN e o país no lote das empresas mais avançadas no campo da gestão de redes de energia”.

Álvaro Santos Pereira adiantou também que, “apesar da privatização, o Governo salvaguardou os interesses nacionais quer no planeamento estratégico das redes, quer na gestão do sistema energético” e “com maior supervisão”.

O embaixador chinês em Lisboa, Huang Songfu, recentemente empossado no cargo, disse ter a certeza que o novo centro de investigação dará também um contributo para que “o amigo povo português tenha mais capacidade de vencer e enfrentar todas as dificuldades enfrentadas actualmente”.

Huang Songfu congratulou-se pela parceria entre a REN e a State Grid nos mercados internacionais onde as duas empresas “estão a explorar em conjunto outros mercados, como Brasil e África procurando um novo modelo de cooperação tripartida”.

O presidente da REN, Rui Cartaxo, afirmou aos jornalistas que o novo centro irá acolher “umas dezenas de investigadores”, irá funcionar provisoriamente no edifício da empresa em Lisboa, estando já “identificados os projectos principais de investigação entre 2014 e 2017”.

Rui Cartaxo promete que o centro “não vai ser um grupo de pessoas isoladas da realidade das empresas, a desenvolver algoritmos abstractos e investigação pura cuja ligação à actividade concreta é difícil e não é evidente a curto prazo”, mas sim vai apoiar projectos que “correspondem a desafios imediatos das novas tendências da gestão das redes de transporte”.

O presidente da empresa portuguesa adiantou que “algumas valências tecnológicas que foram desenvolvidas na China são pouco conhecidas na Europa e há um valor acrescentado claro em tudo que tem a ver com as chamadas novas auto-estradas de energia”, sendo que este conhecimento passará pelo novo centro de investigação.

A REN assinou hoje um acordo com os chineses da China Electric Power Research (CEPRI) para a constituição de um centro de investigação e desenvolvimento em Portugal.

O centro será na área da energia e contará com a colaboração de universidades de prestígio, indústria local e instituições de investigação e desenvolvimento internacionais.

O centro de investigação será dividido em quatro áreas: simulação de sistemas de energia, gestão da integração em redes de fontes de energia renovável, tecnologias para as redes inteligentes e economia e mercados de energia.



Ministro faz o elogio do apoio dos Parceiros Sociais ao processo de ajustamento em curso

O ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, destacou hoje que o processo de ajustamento em curso em Portugal só é possível devido ao apoio dos parceiros sociais, que permite a manutenção da paz social no país.

“Ainda ontem [terça-feira], em Londres, perguntaram-me como é que Portugal mantinha a sua paz social, ao contrário de outros países que também enfrentam processos de ajustamento económico. Eu disse que a paz social é possível devido ao sentido de responsabilidade e patriotismo dos parceiros sociais para avançarem conosco no acordo de concertação social”, revelou Santos Pereira.

O ministro, que participou num debate promovido pela JSD na Faculdade de Direito de Lisboa, foi mais longe e considerou que “sem concertação social é impossível ter sucesso o processo de ajustamento”, e garantiu: “Tudo faremos para defender a concertação social”.

Segundo Santos Pereira, “Portugal e a Europa estão numa encruzilhada”, já que têm que arranjar formas de promover o crescimento ao mesmo tempo que tentam promover reformas estruturais.

“Esta não é só uma crise financeira, mas também uma crise de crescimento”, frisou, considerando que “os países europeus têm que arranjar formas para estimular o crescimento económico e criar emprego”, ainda que sublinhando que “as soluções não iguais para todos”.

De acordo com o ministro, em Portugal, têm que ser criadas as condições para que “os jovens possam seguir as suas ambições, apostando em Portugal”, de forma a assegurar que Portugal é um país com futuro.

“Em Portugal temos uma estratégia de crescimento bem definida. As reformas que têm sido feitas não dão resultados imediatos, mas preparam o caminho do futuro”, afirmou, explicando que “os desequilíbrios externos não vêm de agora”.

Santos Pereira criticou as políticas que não combateram os problemas do país e assegurou que o Governo concentrou-se, nos primeiros tempos de governação, “a implementar as reformas que eram necessárias”.

O ministro defendeu que o futuro de Portugal “passa pelo investimento privado” e pela menor “subsidiodepen-

dência” de fundos estatais.- Fonte Lusa e Gab. Min. Econ.

“O nosso futuro passa pelo investimento privado. Durante muitos anos, não era sexy apostar na agricultura, nem na indústria, nem nas minas. E, ao fazê-lo, criámos as condições para estarmos na crise que hoje estamos”, defendeu.

À chegada ao evento, que começou mais de meia hora depois do previsto, Santos Pereira escusou-se a fazer declarações aos jornalistas, mas à saída aceitou a responder a algumas questões da comunicação social, que se concentraram sobre as relações luso-angolanas.

DN // MBA
Lusa/Fim

O ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, disse, no dia 27, que o Governo “está bem consciente” da importância do sector do turismo para a revitalização da economia portuguesa.

“O Governo está bem consciente da importância do turismo para a economia”, declarou Álvaro Santos Pereira na apresentação da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), que comemora este ano 25 anos.

O ministro lembrou que o sector representa 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e 8% de emprego.

“O desenvolvimento deste sector é um dos vectores prioritários da estratégia de desenvolvimento económico para o nosso país”, declarou o ministro da Economia, acompanhado na visita à BTL por diversos responsáveis, entre os quais o novo secretário de Estado do Turismo, Adolfo Mesquita Nunes.

Para Álvaro Santos Pereira, Portugal tem de “cativar” mais visitantes pontuais, mas também “turistas que se tornem residentes”.

A edição deste ano da BTL espera ultrapassar o milhão de visitantes, numa altura em que o sector deve contrariar o pessimismo existente, segundo o presidente da comissão organizadora, Vítor Neto.

A BTL deste ano acolhe como convidada nacional a região centro e vai dar particular enfoque, em termos internos, ao turismo religioso, ao golfe e ao sector empresarial (‘meeting industry’).

A agora designada feira, que começa na quarta-feira e decorre na FIL, em Lisboa, até domingo, mas que estará aberta ao público em geral apenas no fim-de-semana, contará ainda com a estreia do turismo paulista.

“A prioridade é a recuperação do investimento”, afirmou o ministro das Finanças

No debate de urgência com o Governo, a pedido do PS, na Assembleia da República, o Ministro das Finanças, que explicou o ponto de vista do Estado, em relação às questões dos socialistas, e fazendo um ponto geral da situação, afirmou:

1. Passada a primeira metade do Programa de Ajustamento Económico, é inequívoco que a persistência e a determinação dos portugueses na sua execução foi decisiva para o progresso alcançado.

Este progresso é internacionalmente reconhecido. Traduz-se no apoio político dos nossos parceiros europeus e no restabelecimento do crédito público. É evidente que este progresso não diminui as dificuldades que hoje muitos portugueses enfrentam. O desemprego que, no quarto trimestre de 2012, atingia 923 mil portugueses, é o sinal mais saliente dos custos sociais da grave crise com que hoje lidamos.

No entanto, é preciso evidenciar este momento em que começa o princípio do fim do programa. Portugal já corrigiu os principais desequilíbrios macroeconómicos e bloqueios estruturais que estiveram na origem desta grave crise. Por se terem alcançado as bases indispensáveis para um novo ciclo de prosperidade, quer por meio das reformas estruturais, quer pela estabilização do sistema financeiro, quer ainda pela consolidação orçamental estrutural, Portugal consegue agora perspectivar a saída da crise e olhar de frente o futuro. Os esforços e os sacrifícios dos Portugueses foram decisivos para abrir estes horizontes. Não podem ser deitados a perder.

2. Feitas estas observações, e atendendo ao tema do debate, quero afirmar que o rumo de saída da crise consiste no cumprimento do Programa. Só assim poderemos continuar a assegurar a solidariedade dos credores oficiais e continuar o processo de acesso aos mercados financeiros.

Podemos conceber todo o tipo de alternativas e proclamar as melhores intenções. A crise que Portugal enfrenta é uma crise financeira. Estas crises são felizmente raras. Ocorrem tipicamente no fim de um período longo de expansão de despesa financiado a crédito. As recessões económicas são mais profundas e as recuperações económicas são mais demoradas do que em condições cíclicas normais. Estes padrões são acentuados no caso de crises financeiras internacionais. Quem nega estes factos básicos engana e ilude os portugueses. Se abandonarmos o rumo traçado para chegar a bom porto ficaremos inevitavelmente à deriva, numa tempestade de perigos e sem perspectiva de auxílio.

Nunca negámos as dificuldades e as incertezas que rodeavam este esforço nacional de estabilização e de recuperação. Alterações no cenário macroeconómico terão consequências no perfil de ajustamento orçamental, que serão analisadas em conjunto com os nossos parceiros internacionais. Temos de concentrar-nos no que depende de nós: o ajustamento orçamental estrutural.

É imperioso falar claro: não se trata de mais tempo, nem de mais dinheiro, para o Programa. O Programa terminará, na data prevista: Junho de 2014. Terminará dentro do envelope financeiro acordado: 78 mil milhões de euros.

3. Equilibrada a procura interna e a oferta interna, a prioridade é agora a recuperação do investimento. Investimento produtivo das empresas privadas. Investimento criador de empregos duradouros.

O relançamento do investimento que desejamos não poderá resultar do abrandamento no esforço de redução da despesa pública, mas do aproveitamento das novas bases estruturais da economia e da recuperação



da confiança.

Este desafio será abordado essencialmente de dois modos. Primeiro, procuraremos encurtar o desfasamento entre a alteração das condições de financiamento nos mercados internacionais e o seu impacto na actividade económica. Recordo que as principais repercussões do colapso súbito do financiamento no início de 2011 se evidenciaram apenas um ano depois. Pretendemos que as melhores condições de financiamento de que beneficiamos agora contribuam para a recuperação cíclica da economia ainda em 2013. Além disso, iremos também trabalhar no sentido de criar incentivos fiscais à dinamização do investimento produtivo.

4. Permitam-me que conclua olhando para o futuro.

Em Junho de 2014 concluiremos o Programa de Ajustamento e entraremos numa nova fase da nossa vida colectiva. Temos de começar já a construir os alicerces institucionais para a estabilidade e a prosperidade de Portugal no exercício pleno da sua soberania.

O diálogo e os consensos com as forças sociais e políticas fazem parte desta preparação. E aqui refiro-me especialmente ao maior partido da oposição. Este diálogo não compromete a diversidade de visões que

numa sociedade democrática inevitavelmente existem, e devem existir, entre diferentes partidos, entre o Governo e a oposição. A nossa disponibilidade para este debate e para o estabelecimento de consensos é agora renovada. E acredito que temos boas bases para os estabelecer. Não só porque tivemos preocupações comuns acerca de pontos tão diversos como a Lei de Enquadramento Orçamental, a Lei do Trabalho Portuário, ou a necessidade da União Financeira na Europa. Nem apenas porque algumas sugestões que o PS tem tornado públicas nos últimos tempos e repetidas hoje são também partilhadas por nós, como por exemplo o aproveitamento das potencialidades da economia verde e inteligente, a necessidade de atrair investimento estrangeiro ou a redução dos custos de contexto. Mas sobretudo porque a prossecução do interesse nacional irá apontar-nos caminhos comuns e compromissos mútuos.

A alternativa para a sociedade portuguesa depois do programa será a escolhida pelos portugueses. Todos os portugueses são chamados a determinar o futuro de Portugal. A este grande desafio ninguém pode dizer não.

Temos de construir juntos o barco da prosperidade futura, enquanto flutuamos nele no meio da tempestade da crise. A nossa vontade não esmorece ao sabor da meteorologia. Portugal é um povo de marinheiros capaz de superar as piores tormentas. Muito obrigado. – Fonte: Gabinete do Min. Fin..



Entrevista de António Horta Osório ao “Diário Económico”

“Passos Coelho herdou situação que é culpa de outros governos”

O Presidente do «Lloyds Banking Group», numa entrevista ao “Diário Económico”, realizada por Pedro Sousa Carvalho, em Londres, respondeu, na parte inicial das suas declarações, a perguntas sobre a situação económica e financeira em Portugal. Horta Osório, logo de entrada, não hesitou em afirmar que “Passos Coelho herdou situação que é culpa de outros governos”

O banqueiro afirma que o Governo merece crédito, mas gostaria, no entanto, que fosse possível um ajustamento económico mais suave.

António Horta Osório, que recebeu o “Diário Económico” na sexta-feira passada, em Londres, no dia de apresentação das contas anuais do Lloyds Banking Group, talvez seja o banqueiro português com mais currículo: já é CEO desde os 29 anos e geriu 12 bancos em três países diferentes. Agora, à frente dos destinos do maior banco de retalho do Reino Unido, Horta Osório tem como grande desafio da carreira devolver o dinheiro que os contribuintes britânicos injectaram no Lloyds. Está longe da terra natal mas continua atento ao que se passa na economia e na política em Portugal. Da parte que especificamente se refere ao nosso País, transcrevemos:

P: Continua atento ao que se passa em Portugal?

R: Claro.

P: Acha que o Governo de Passos Coelho, de coligação, tem feito um bom trabalho?

R: Eu acho que as pessoas têm de ter consciência de que ninguém gosta de tomar as decisões que este Governo tem vindo a tomar e decerto o próprio Governo em primeiro lugar. E que não é responsabilidade deste Governo a situação que ele encontrou. Portanto, o Governo está a tentar resolver, da melhor maneira possível, uma situação que ele herdou e cuja culpa é dos anteriores governos. E portanto, as pessoas deviam dar esse crédito ao Governo. Agora, em termos de execução do plano, cuja direcção eu acho que é absolutamente a direcção

correcta, obviamente que a intensidade é debatível.

P: Portanto está optimista?

R: Eu penso que neste momento, dado o bom trabalho que Portugal desenvolveu, há toda a boa-vontade, (o ‘goodwill’) na Europa, para que seja dado mais tempo e para o ajustamento ser mais suave, mas dentro da mesma direcção. E repito, as pessoas deviam dar o crédito ao Governo por estar a tentar resolver uma situação muito difícil, da qual ele não é responsável.

P: Mas não está a ser fácil ver os resultados...

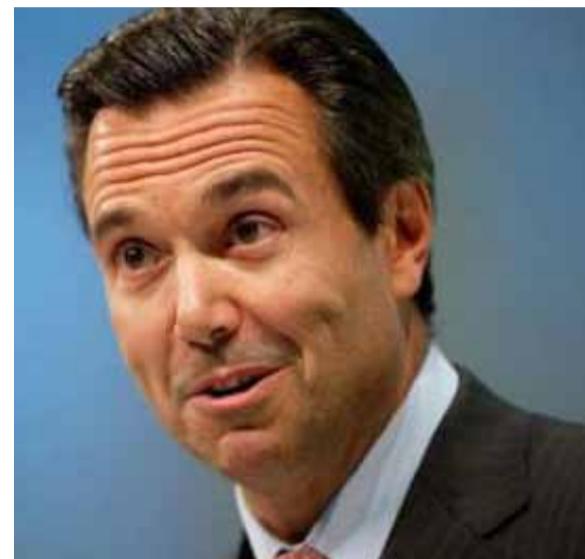
R: É difícil porque nós no passado gastámos muito dinheiro que não tínhamos, com recurso a dívida, para fazer projectos que não eram os projectos adequados naquele momento e que agora põe sobre nós um peso de uma dívida que não devíamos ter tido. Mas devo lembrar que na altura quando isto foi debatido (e eu lembro perfeitamente a Dra. Manuela Ferreira Leite a defender muito isto), uma grande parte da elite portuguesa esteve contra ela. E é bom lembrar os erros do passado, pelo menos para não estar condenado a repeti-los (disse o filósofo Carlos Satayana) no futuro. E para dar crédito a quem merece.

P: Mas a União Europeia estará nesta altura a ponderar dar mais um ano para o ajustamento em Portugal, e isso é bom?

R: Eu penso que está. E volto a repetir que o bom trabalho de Portugal e do Governo português é o que justifica esse ‘goodwill’ na Europa e acho que nós obviamente deveríamos aproveitar esse ‘goodwill’ para suavizar a velocidade do ajustamento.

P: Se Portugal começar a emitir dívida a longo prazo, o Lloyds era banco para comprar dívida portuguesa?

R: Nós somos um banco focado em Inglaterra. E não somos um banco de investimento. E portanto não é uma actividade que o Lloyds tenha. O Lloyds não tem dívida de Itália, não tem dívida de Espanha. O Lloyds é um banco



focado em Inglaterra. Temos 95% dos nossos activos em Inglaterra, somos um banco comercial e de retalho.

P: Perguntava-lhe mais no sentido de saber se confiava na capacidade de Portugal honrar os seus compromissos.

R: Confio em Portugal. Tenho a certeza de que Portugal, tal como no passado, pode dar a volta e resolver a situação. Mas a situação é muito difícil. Acho que os portugueses devem realmente pensar que devíamos impedir isto de alguma vez voltar a acontecer e tirar as ilações adequadas. E também ver que estamos na direcção correcta, porque quando não há dinheiro há que gerir com restrições. Agora, claro, repito, dado o bom trabalho que foi feito, acho que temos todas as condições para ter mais tempo dado pela troika e ter um ajustamento mais suave, dado o bom trabalho realizado. - “Diário Económico”



INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Carlos Coelho é o novo Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro

O eurodeputado do PSD e organizador da Universidade de Verão, Carlos Coelho, foi eleito na quinta-feira presidente do Instituto Sá Carneiro.

O Instituto Sá Carneiro era presidido, até agora, pelo presidente da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Carreiras.

Pedro Pinto, vice-presidente do PSD, o ex-ministro David Justino e o antigo presidente do PSD-Açores Carlos Costa Neves são os novos vice-presidentes do Instituto.

De acordo com a nota do PSD, os novos órgãos do Instituto Sá Carneiro são ainda compostos por Pedro Reis, Duarte Marques, ex-presidente da JSD, Mónica Ferro, deputada, José Manuel Fernandes, eurodeputado e Pedro Pinto, presidente dos Autarcas Sociais Democratas.

O Instituto Francisco Sá Carneiro tem entre as suas missões “proteger e promover o legado, vida e obra, de Francisco Sá Carneiro [ex-líder do PSD]”, de acordo com o sítio do organismo na Internet, tendo ainda como prioridades a “formação de quadros” e a “produção de doutrina”. - Fonte: Lusa



Luís Montenegro

O PS tem “uma mão cheia de nada”



Luís Montenegro revelou que quando o PS anunciou, com alguma pompa, um debate de urgência no Parlamento para apresentar uma alternativa para a saída da crise, a bancada do PSD teve uma grande expectativa para verificar os termos em que o PS vinha apresentar essa alternativa. Mas chegados ao debate, o líder da bancada do PSD lembrou que ao ouvir o deputado António José Seguro, “verificamos que nos trouxe uma mão praticamente cheia de nada, que só não é mesmo uma mão cheia de nada porque houve aqui algumas propostas que foram repetidas e que já conhecíamos, muitas das quais já estão em curso”.

Face a esta postura, o parlamentar declarou que ao ouvir o socialista recordou-se de “um Primeiro-Ministro que tinha por hábito vir aos debates quinzenais anunciar grandes pacotes de medidas, que depois quase nunca concretizava, que depois vinha ‘reanunciar’ as mesmas medidas e assim foi caminhando, com o aplauso do deputado António José Seguro, até chegar ao tempo em que não tinha nem as soluções nem o dinheiro e foi, de mão estendida, pedir ajuda aos nossos parceiros internacionais”.

De seguida, dirigindo-se ao Ministro das Finanças, Luís Montenegro afirmou que era bom que neste debate não se esqueça o ponto de partido, aquilo que motiva o programa de assistência financeira que estamos a viver. Nesse sentido, o líder da “bancada laranja” recordou a resposta que António José Seguro obteve à carta que enviou ao FMI. Nela, era dito ao socialista que, “como sabe, o objectivo do envolvimento da troika em Portugal é ajudar a corrigir os erros de políticas que geraram a crise económica e colocar a economia numa rota de crescimento duradouro que possa gerar os empregos de que as pessoas precisam (...) O elevado peso da dívida pública e os constrangimentos financeiros que Portugal vive são as razões que fazem com que o ajustamento fiscal seja inevitável”. “O senhor deputado António José Seguro ignorou este facto e parece ignorar que aquilo que estamos a fazer em Portugal tem

uma razão de ser, os erros que cometemos no passado, que queremos corrigir e não queremos repetir”, afirmou o deputado.

Quanto às previsões, o social-democrata reconheceu que não fomos capazes de cumprir tudo aquilo que eram as nossas previsões, mas cumprimos as metas orçamentais, descemos como nunca a despesa pública, fizemos baixar o défice, em dois anos, em cerca de 6 por cento. “E quem é que nos vem dizer que falhámos e que não temos credibilidade para ter previsões: quem em 2009 previu um défice de 2,6 por cento e chegou ao fim do ano com um défice de 10 por cento. Foi quem, em 2009, tinha alternativas para a saída das dificuldades, o fim da austeridade, o problema foi o resultado final”.

“A saída para crise é cumprirmos o nosso programa, é recuperarmos, em 2014, a nossa capacidade para decidirmos o nosso futuro, é apostarmos em políticas de crescimento, é termos condições de financiamento à economia, é reformarmos o Estado, e é, sobretudo, criarmos as condições, não só para corrigir os erros dos governos anteriores, mas para evitar que, no futuro, possamos cair numa situação igual”, concluiu Luís Montenegro.

Valorizar, rentabilizar e proteger a Floresta

Os deputados Maurício Marques (PSD), Hélder Silva (PSD) e Abel Baptista (CDS-PP) promoveram a primeira sessão do ciclo de conferências “Valorizar, Rentabilizar e Proteger a Floresta”, com o objectivo de debater os problemas ligados a este importante recurso.

Ao longo da manhã do dia 26 de Fevereiro, foram ouvidos diversos oradores institucionais, bem como associações sectoriais, concluindo-se sobre a importância deste recurso enquanto instrumento de valorização económica. Os oradores reafirmam que tudo depende da resolução da questão do cadastro deste segmento da economia portuguesa que contribui como um saldo comercial positivo de cerca de 1700 milhões de euros. Os Grupos Parlamentares pretendem, com a organização deste evento, demonstrar que há um setor na economia portuguesa em crescimento e com grande potencial de desenvolvimento.

De acordo com o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, o deputado Pedro Lynce, é intenção dos parlamentares que da organização deste evento surjam propostas e medidas concretas que ajudem a dinamizar as florestas.

A primeira sessão do ciclo de conferências ocorreu na Assembleia da República e teve a presença do secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, bem como dos presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP, Luís Montenegro e Nuno Magalhães, respectivamente. No dia 26 de Março, decorrerá a segunda sessão, que abordará a questão da prevenção e gestão florestal, designadamente a eficácia das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e o seu futuro.



PSD defende uma adaptação à evolução das condições económicas internas e externas



No debate de urgência requerido pelo PS sobre a alternativa para a saída da crise, Miguel Frasquilho começou por recordar que as condições que enfrentamos é a de um programa de ajustamento que é exigente, muito duro e cuja consequência mais visível é o desemprego. Contudo, o social-democrata considera que “o Governo e os portugueses têm feito todos os esforços para que esta trajetória possa ser invertida muito em breve”. “Esses esforços têm tido um amplo reconhecimento internacional que se reflecte na

descida dos juros que são pedidos pelos investidores para financiar o Estado português. É a descida dos juros que nos permite ter esperanças de que o futuro será melhor, pois os acontecimentos na área financeira têm sempre repercussões na economia real e na esfera social”. O vice-presidente da bancada do PSD reconheceu que a descida de juros não seria possível como está a acontecer se o Banco Central Europeu não tivesse mudado de posição, mas que não é menos verdade que sem o trabalho competente dos portugueses e do Governo essa descida também não seria possível, pois antes da alteração do BCE já essa descida acontecia e era maior do que nos outros países.

Assim, considera Miguel Frasquilho que “devia-se reconhecer que as opções que vêm sendo tomadas não são opções tomadas pelo Governo sozinho, existe uma troika do outro lado. É profundamente demagógico responsabilizar o Governo por estas decisões, como se não existisse um passado, como se não existisse uma troika que nos está a financiar e à qual foi pedida ajuda pelo anterior Governo do PS”. “Ninguém está satisfeito com a situação muito difícil que estamos a atravessar, ela era inevitável e esperamos que possa ser devidamente adaptável à evolução das condições económicas que enfrentamos, quer a nível externo quer a nível interno. É isso que esperamos que aconteça na 7ª avaliação regular da troika que decorre neste momento, porque só dessa forma será possível terminar este programa de ajustamento de uma forma favorável como todos desejamos”, salientou.

Ricardo Rio defende alargamento da área de intervenção da Bragahabit



Inserido num ciclo de contactos no terreno com agentes de diversas áreas que a coligação “Juntos Por Braga” têm desenvolvido, Ricardo Rio visitou, dia 28 de Fevereiro, a BragaHabit, uma empresa municipal que tem como principal objectivo dar apoio à população mais carenciada ao nível do acesso à habitação e desenvolver um conjunto de iniciativas complementares na área educativa e social. João Nogueira, administrador da BragaHabit, acompanhou Rio, Firmino Marques, Filomena Bordalo e Leonor Pizarro durante a visita.

Para o líder da coligação, as objecções que têm sido colocadas ao desempenho da BragaHabit centram-se “no domínio estratégico, relativamente às áreas de actuação e às políticas que a mesma desenvolve mais do que na gestão operacional da sua actividade central”.

Para o candidato da coligação à Presidência da Câmara Municipal de Braga, esta empresa municipal deve “apoiar a promoção do arrendamento jovem no centro da cidade, articular-se com as Juntas de Freguesia na promoção de habitações de custo controlado na periferia, assumir-se como motor dos processos de reabilitação urbana do edificado no Centro Histórico e, entre outras esferas possíveis de intervenção, aprofundar a ligação às associações de moradores de todas as urbanizações do Concelho, e não apenas das zonas de habitação social”.

Quanto aos apoios hoje prestados à população mais carenciada, Rio defendeu que “no que concerne às respostas sociais para quem mais precisa, não há divisões de carácter ideológico ou político”. “Quem quer que esteja à frente dos destinos da Câmara Municipal tem que desenvolver todos os esforços ao seu alcance para acorrer de forma célere e capaz a quem mais necessita”, frisou.

Daí que, Ricardo Rio tenha enaltecido o diálogo “franco e aberto” mantido com a Administração da empresa no decurso de uma reunião que se prolongou por várias horas e que escrutinou todas as áreas de intervenção desta Empresa Municipal.



“Lamentavelmente, a cultura da maioria socialista do Executivo tem apontado no sentido de cumprir apenas os requisitos formais de apreciação da actividade das empresas municipais neste Órgão, preterindo mesmo a presença dos representantes da Administração das Empresas nas reuniões em que os seus documentos estratégicos são apreciados”, concluiu.

“Habitação é uma prioridade e um direito”

Por seu turno, João Nogueira destacou que esta visita foi importante para mostrar, a quem desempenha funções autárquicas, o trabalho que é efectuado pela BragaHabit. “Temos obrigação de mostrar aos Bracarenses, sem complexos, o que fazemos aqui dentro. Esta visita foi importante para mostrar uma realidade que às vezes não é conhecida de todos e foi sobretudo uma reunião de grande concertação cívica naquilo que deve ser o papel das pessoas, das empresas e dos autarcas”, disse o administrador.

João Nogueira notou que o período de “constrangimento social” que Braga atravessa dificulta a actuação da BragaHabit. “Desenvolvemos um trabalho muito importante num contexto extremamente complexo e complicado, já que a habitação é uma prioridade das pessoas e um direito consignado na constituição”, salientou.

Segundo o administrador, um dos principais problemas da BragaHabit é ter de lidar com pessoas que se sentem socialmente prejudicada, com pessoas que precisam de ser ajudadas e que não são compreendidas e que, muitas vezes, não compreendem a própria posição da BragaHabit. “É um desafio permanente o de sermos sempre obrigados a ter propostas diferenciadas para os problemas que nos vão aparecendo. Não existem dois casos iguais nem fórmulas que resultem para todos as situações. É necessário um trabalho de proximidade, de compreensão e de acompanhamento permanente às pessoas que necessitam da nossa ajuda”, finalizou João Nogueira.

PSD de Vila Nova de Foz Côa saúda manutenção da Fundação Côa Parque

A Comissão Política de Secção de Vila Nova de Foz Côa do PSD congratula-se com a decisão tomada em sede de Conselho de Ministros referente à manutenção da Fundação Côa Parque.

O PSD de Vila Nova de Foz Côa considera que, “apesar da vozeria provocada, sobretudo, pelo Partido Socialista (PS) local”, aquando da divulgação da resolução do Conselho de Ministros que propunha a extinção da referida fundação, sempre acreditou que o presidente da Secção, Gustavo Duarte, conseguisse reverter a decisão.

“Mais uma vez foi imprescindível o esforço de convencimento, discussão e diálogo junto dos decisores governamentais, encetados pelo eng. Gustavo Duarte que, quer enquanto Presidente da Câmara quer enquanto militante do Partido, se mostrou incedível nos labores desenvolvidos no sentido da manutenção de mais uma instituição de incontestável relevo para o concelho e para a região. Mostra-se assim atestada a confiança depositada por esta Comissão Política de Secção no seu candidato às eleições autárquicas de 2013”, lê-se no comunicado.

Director: José Silva Marques
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

Revelado no III Congresso Regional da Madeira do PSD

Balsemão vai propor ao C. M. a divulgação do Relatório de Timor

• **A Democracia ganha sempre com a preocupação da revelação da verdade**
- salientou o Presidente do PSD

Na sua intervenção na sessão de encerramento do III Congresso Regional da Madeira do PSD, Francisco Pinto Balsemão teve oportunidade de se referir, ao tratar da actuação política do Governo, e à sua linha de conduta, ao problema de Timor. O Presidente do PSD e Primeiro-Ministro fez-lo nos seguintes termos:

"Discurso de rigor, na actuação política, na governação, na verdade que sempre deve estar presente quando se fala ao Povo, no direito que o Povo tem a ser informado.

Mesmo nos momentos mais delicados, essa informação deve existir, quando não prejudique interesses mais vastos que estejam em jogo.

E é por isso que, atendendo à necessidade de esclarecer a verdade sobre o que se passou em Timor Leste nos anos de 74 e 75, atendendo ao facto de os documentos oficiais até agora existentes, respeitantes a tal época envolverem personalidades que não foram ouvidas na sua feitura, atendendo ao imperativo de exorcisar especulações doentias, que só traumatizam a opinião pública portuguesa e atendendo ainda à salvaguarda do prestígio das Forças Armadas Portuguesas que se comportaram genericamente de uma forma digna de apreço e não podem ser confundidas com elementos isolados mercedores de censura, é por tudo isto que tenciono propor ao Conselho de Ministros que reunirá na próxima quinta-feira, que delibere a divulgação do Relatório de Timor Leste.

Esta atitude, que tomarei como Primeiro-Ministro, corresponde, estou certo, ao sentir profundo do PSD, e à consciência patriótica de todos os Portugueses que desejam a verdade para que seja feita justiça, para que não se desencadeiem conflitos institucionais nem alastrem suspeições mal sãs, acusações parcelares, ou unilaterais, processos de intenção degradadores da vida democrática.

A Democracia ganha sempre com a preocupação da revelação da verdade.

A História não pode ser fechada na gaveta com o pretexto de que ainda se encontram vivos os seus principais protagonistas.

Pelo contrário. Neste caso de Timor Leste, é necessário respeitar não apenas os interesses individuais, dos que mal ou bem fizeram a História, mas também a dignidade de Portugal.

E o respeito da dignidade nacional implica o respeito pela memória de todos quantos deram a sua vida por Timor, bem como pela vida de todos quantos, em Timor, continuam ligados a Portugal e não abdicam dos laços de cultura, de sangue e de vivência comum que conosco criaram ao longo dos séculos e que querem manter para além das conveniências políticas do momento.

É por tudo isto que se impõe divulgar o Relatório sobre Timor.

Mas é também por tudo isto que essa divulgação não é suficiente para que a questão Timorense se possa considerar resolvida ou encerrada.

O Governo tem promovido e continuará a promover as diligências bilaterais e unilaterais, nomeadamente junto das Nações Unidas, para a resolução de inúmeros problemas que essa questão envolve nos planos diplomáticos, político e prioritariamente humanitário.

De todas estas diligências os Portugueses serão informados, logo que essa informação não prejudique o seu teor, compreensivelmente confidencial.

O Governo pode assegurar e tudo tem feito para tentar superar uma situação recebida do passado e cuja gravidade e melindre não se podem minimizar.

Convém, contudo, não esquecer que a Constituição da República Portuguesa atribui a tarefa da resolução da questão de Timor Leste não só ao Governo mas também, e simultaneamente, ao Presidente da República e ao

Conselho da Revolução. Trata-se, aliás, da única matéria envolvendo política externa activa em que a Constituição atribui um papel coerente ao Presidente da República.

Não é justo que se pretenda, por vezes, em alguns sectores políticos, responsabilizar exclusivamente o Governo, apagando ou ignorando o contributo que a Constituição nos impõe seja também dado pelo Presidente da República e pelo Conselho da Revolução.

A solidariedade institucional tem aqui um domínio óptimo para passar das palavras e dos discursos para os factos".

MAIS NOTICIÁRIO NAS PÁGS. 3, 4 E 5



PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO CONGRESSO

Nos passados dias 10 e 11, reuniu ordinariamente, em Machico, o Congresso Regional da Madeira do Partido Social Democrata. O Congresso aprovou por unanimidade a moção de política geral, cujo primeiro subscritor é Alberto João Jardim. Por maioria, foi aprovada a criação de um grupo de trabalho destinado a apresentar novas sugestões sobre estrutura habitacional. Igualmente, por maioria, reafirmou o princípio da dispensabilidade institucional do cargo de Ministro da República.

Por unanimidade, aprovou uma declaração de princípios em matéria de ordenamento e aproveitamento dos solos, bem como sua defesa ecológica. O Congresso aprovou, por maioria, uma exposição da JSD sobre política geral, inserindo-se esta nos termos globais definidos pela moção referida em 2. O Congresso aprovou, por unanimidade, uma moção visando o aperfeiçoamento das estruturas camarárias do Concelho do Funchal. Por maioria, foi aprovada uma proposta de criação, a nível partidário, de uma comissão de trabalho para estudar e apresentar uma linha política geral de actuação desportiva para a Região. Por unanimidade, o Congresso aprovou uma moção sobre política agrícola, cujo primeiro subscritor é Nicolau Gregório de Freitas.

Os resultados eleitorais de Loures confirmaram as previsões do PSD

Em primeiro lugar, salienta-se a obtenção de mais um lugar de vereador, conquistado ao PS. Isto revela a notória baixa deste partido, confirma o vazio do projecto da defunta FRS, traduz a resposta do eleitorado a quem provocou inutilmente a queda do anterior executivo camarário. Demonstra, igualmente, que a única alternativa válida aos comunistas é constituída pela AD e pelos partidos que a integram.

Em segundo lugar, o exagerado empolamento do significado destas eleições, autárquicas e não nacionais, o desvirtuamento do seu sentido e o conseqüente desvio no debate e nos projectos de solução dos problemas de nível local, que tanto o PS como a APU fomentaram ao longo da campanha, foram factores negativos, oportunamente denunciados pelo PSD, e que terão contribuído para o acréscimo de abstenções. O PSD reafirma que todas as eleições

autárquicas são importantes e que a mesma atenção é devida quer aos cidadãos de Loures, quer aos de qualquer outra comunidade local. E por isso regista com satisfação as vitórias da AD nas eleições para a freguesia de Castelo Novo, Fundão, em que o PS foi afastado da presidência da Assembleia de Freguesia, e do PSD em Santa Valha, Valpaços.

Em terceiro lugar, os resultados de Loures comprovaram que o empenho directo e pessoal do líder do PS, dr. Mário Soares, na campanha representou uma clara derrota política e de prestígio pessoal, já que o PS sofreu um nítido abaixamento do seu eleitorado, perdendo um mandato a favor da AD.

Salienta-se, em quarto lugar, que os comunistas da APU, não obstante o erro do PS ao provocar a queda do anterior executivo camarário, permanecem em minoria na câmara ora eleita e que a sua

minoría tem apenas o mandato de um ano, visto que a actual eleição se destinou exclusivamente a completar o mandato da última câmara.

É neste contexto que a Comissão Permanente Nacional do PSD saúda todos os militantes e simpatizantes que se empenharam nas campanhas eleitorais de Loures, Castelo Novo e Santa Valha, contribuindo para os resultados extremamente positivos destas eleições. Estes resultados revelam que o PSD e a AD permanecem como única alternativa democrática e que é possível, assim, ampliar em 1982 o espaço de representação que as populações locais não deixariam de lhes conceder, para reforço da democracia, do progresso e da justiça social no nosso país.

Liisboa, 12 de Outubro de 1981.

A COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO PSD

PSD/Açores quer melhores resultados nas políticas do Governo Regional

O presidente do PSD/Açores reafirmou a disponibilidade do partido para trabalhar no sentido de encontrar soluções que respondam à maior crise financeira da história da autonomia.

Duarte Freitas, que falava aos jornalistas no final de um encontro com a UGT/Açores, no âmbito de uma ronda de encontros com os parceiros sociais que o PSD/Açores está a realizar sobre o Plano e Orçamento regionais, recordou que “existem actualmente na nossa Região mais de 20 mil desempregados, situando-se o desemprego jovem acima dos 40 por cento”, pelo que dos partidos políticos “esperam-se especiais responsabilidades para fazer face a essas dificuldades”.

A esse propósito, Duarte Freitas recordou que “o Governo dos Açores é o grande responsável por esta tragédia social na nossa Região”, sendo que o PSD/Açores, “apesar de não ter responsabilidades governativas, entende ter um papel activo na procura de soluções”, tal como o fez ainda recentemente “com a apresentação de uma proposta de criação de medidas complementares ao subsídio de desemprego”.

O líder do PSD/Açores lamentou, ainda, “os fracos resultados que têm sido conseguidos no sector do Turismo”. De facto, reforçou, “ainda há três anos, o agora Presidente do Governo anunciou um investimento de 30 milhões de euros e a verdade é que os resultados alcançados são muito fracos como se comprova pela crise que se vive ao nível das dormidas e na própria actividade hoteleira”.

“Três anos e trinta milhões de euros depois o Governo volta a fazer anúncios atrás de anúncios, dizendo que desta vez é que vai ser, quando até aqui não foi. Trinta milhões de euros é muito dinheiro para tão pobres resultados”, referiu o líder dos sociais-democratas açorianos.

Para Duarte Freitas, “a região tem de fazer mais no sector do turismo uma vez que ele é imprescindível para que seja possível atenuar os números dramáticos que estamos a registar no desemprego”.



PSD/Açores exige “soluções dos problemas financeiros do sector cooperativo de São Jorge”

O PSD/Açores exige do Governo Regional um contributo “visando soluções para os problemas financeiros do sector cooperativo na ilha de São Jorge”, que vive “momentos de grandes dificuldades, com os atrasos nos pagamentos do leite aos produtores a atingirem cerca de 8 meses e as dívidas apuradas do sector a ultrapassar já os quinze milhões de euros”, denunciou o deputado António Pedroso.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata criticou as recentes declarações do Presidente do Governo Regional que, em plenário do Parlamento, “afirmou que o executivo não está disposto a investir um único euro no sector cooperativo”, frisando que “essa indisponibilidade do Governo Regional vai contribuir para aumentar ainda mais as dificuldades das famílias jorgenses”, avançou.

António Pedroso sublinha que a produção do queijo de São Jorge “é a principal indústria da ilha”, e que a maioria dos jorgenses “depende directa ou indirectamente daquele sector”, onde os atrasos crónicos nos pagamentos “têm provocado um efeito dominó na economia local, afectando dezenas de empresas e centenas de famílias”, alertou.

Assim, e considerando que o modelo actual do sector cooperativo em São Jorge “foi criado e imposto pelo Governo Regional, assim como a construção de infra-estruturas, algumas delas sobredimensionadas, foram da total responsabilidade do Governo Regional, é lícito que a tutela presente pelo menos uma estimativa das acções a desenvolver para apoiar o sector cooperativo de São Jorge”, concluiu.



Um novo Portugal industrial

Jaime Quesado (*)

Precisamos de voltar a apostar num verdadeiro Novo Portugal Industrial. Vinte anos depois do Professor de Harvard Michael Porter ter realizado um profundo diagnóstico sobre as opções da economia portuguesa, mantém-se o problema central – ou se reinventa por completo o Modelo Económico ou então os problemas estruturais - Défice Público Elevado, Desemprego incontrolado, um Tecido empresarial envelhecido, poderão ter efeitos incontroláveis. Como há 20 anos torna-se claro que a Competitividade Portuguesa é o grande desafio nos próximos tempos! Por isso, a aposta num Novo Portugal Industrial é a via certa para ganhar uma nova dimensão de futuro.

Falta em Portugal um sentido de entendimento colectivo de que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas é o único caminho possível para o futuro. Falta por isso em Portugal uma verdadeira Rede Integrada para a Competitividade capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O “novo paradigma” da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional.

Uma breve radiografia à matriz sectorial da economia portuguesa demonstra de forma inequívoca as alterações contextuais produzidas ao longo destes últimos vinte anos, com impactos directos na própria organização da sociedade. Para além do desenvolvimento duma “nova economia de serviços”, de âmbito eminentemente local e com impacto reduzido em matéria de criação de valor sustentado, é de referir também o fenómeno de progressiva desindustrialização, entretanto acentuado nos anos mais recentes e o ténue desenvolvimento de “novos clusters” associados às dinâmicas da Inovação e Desenvolvimento. Trata-se duma evolução manifestamente assimétrica, com efeitos negativos em matéria de renovação dos indicadores activos de “capital estratégico”.

A aposta num Novo Portugal Industrial deve dar prioridade a duas áreas de intervenção sistémica – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da Inovação como factor de alavancagem de criação de valor de mercado. Passado todo este tempo, a leitura dos resultados não é nada abonatória - excluindo os muito conhecidos e divulgados casos de reconversão interna e sectorial conseguida com algum sucesso, na maior parte dos sectores industriais clássicos não foi feita a renovação necessária e os fechos de empresas e perda de quota efectiva de alguns mercados é o resultado mais do que evidente. Precisamos por isso dum Novo Portugal Industrial forte e sustentado.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



A crise italiana

Ângelo Correia (*)

Os resultados das recentes eleições italianas projectam-se em todo o mundo, começando na própria Itália, ao tornar o sistema político de duvidosa governabilidade, fruto do surgimento de um novo e poderoso actor político que ao encarnar o contrapoder, diaboliza a direita, escarnece da esquerda e ignora o centro tecnocrático. A esquerda precisa dele, sob pena de ser obrigado a aliar-se a Berlusconi, o que não faria sentido.

Contudo, como podem partilhar valores comuns um partido de Poder e uma formação política de contrapoder?

O voto em Itália deu voz e força a alguém com desprezo, para não dizer hostilidade ao poder tradicional, e tal não seria preocupante se a sua expressão eleitoral fosse reduzida. Mas quase um quarto dos votos retira o carácter de uma mera surpresa, ante colocando o espectro da crise no centro da vida italiana.

Por seu turno, a Europa do directório, com sede em Berlim e Frankfurt, viu o seu candidato de referência obter cerca de 10% dos votos, tornando-o não como árbitro num futuro governo, mas como uma quase peça de arqueologia política. A Europa de Bruxelas, como sempre, emitiu juízos e recomendações morais sem quaisquer efeitos para o futuro. É visível o desfasamento cada vez maior entre a Europa do Norte e a do Sul. Quase parece que as cordilheiras dos Pirenéus e Alpes são uma fronteira entre dois espaços que não se entendem suficientemente, convivem mal e geram distintas expectativas futuras. A rotura entre esses espaços está a consumir-se de uma maneira acelerada e, curiosamente, tem lugar no seio de uma comunidade politicamente assumida há 28 anos e não de configuração recente. Poder-se-á então ainda falar de um edifício europeu, ou de algo a reconstruir?

Por último, o conjunto das democracias é tocado pela questão italiana. Ela mostra que um povo civilizado, inteligente e maduro como o italiano usou a arma do voto para atacar o próprio sistema político e não apenas meras opções que se poderiam configurar no seu seio. Esta arma é moral e politicamente superior a outras armas, mas não deixa de testemunhar algum apodrecimento do sistema, um profundo desencanto de muitos cidadãos, o agastamento com a classe política e a quebra da esperança. A Itália foi, pois, uma montra do que pode vir a ocorrer noutras democracias.

(*) Gestor



Isto é Itália!

Luís Campos Ferreira (*)

Por mais desconcertantes que nos possam parecer, os resultados das eleições italianas são o que são: a manifestação da vontade do povo italiano. Na

O voto em Berlusconi é uma fuga à realidade, uma vontade de regresso aos últimos dias em que foram felizes em direcção ao precipício. O voto no ex-comediante Grillo, cujo partido foi o que teve mais votos individualmente mas que se recusa a formar governo com quem quer que seja à direita ou à esquerda, mostra que os italianos não sabem para onde vão mas sabem que também não vão por ali. O voto que deu a vitória à tangente à coligação de centro-esquerda liderada por Bersani é o eco da vontade de alternância que restou depois do governo de direita de Berlusconi. Finalmente, a fraca votação em Mario Monti, que está a meter as contas transalpinas na ordem desde 2011, diz nos que os italianos continuam a preferir a ‘dolce vita’ à dura austeridade. Agora resta esperar pelos próximos episódios para ver se sai um governo... ou um desgoverno.

(*) Deputado PSD, Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas



Recurso vital

João César das Neves (*)

O mundo hoje tem enorme necessidade de um recurso essencial, infelizmente bastante descuidado. Fala-se muito de água, ar, petróleo, urânio, cereais, até metais de terras raras, mas pouco se refere aquilo que, se vier a faltar, destruirá de vez a humanidade. O recurso não é escasso, pois existem vastas jazidas. Mas é difícil de isolar por vir misturado com outros elementos e, pior, tende a evaporar-se quando é retirado das condições naturais. Para o compreender é preciso analisar a situação actual.

Portugal sofre a crise mais séria das últimas décadas. Isso significa que muita gente sofre, sem meios de subsistência, sem ocupação, sem esperança. A austeridade é indispensável, perante uma situação em que hábitos gastadores, suportados por dívida galopante, não podiam ser mantidos. Apesar disso, muitos a rejeitam, elaborando explicações que os isentam de responsabilidade, procurando culpados e vivendo na ilusão. Assim, ao sofrimento económico junta-se a raiva, o insulto, a fúria, a agressão. Crescem os extremismos e os maiores disparates passam por sabedoria num povo desesperado.

O problema não é só português. O nosso caso é manifestação de uma questão muito mais vasta que assola todo o mundo. A recente evolução, com mudanças nas tecnologias da comunicação e abertura à globalização, eliminou muitos empregos tradicionais. Telefonistas, dactilógrafos, amanuenses, arquivistas e tantos outros deixaram de ser precisos, enquanto várias ocupações de baixa tecnologia emigravam para Sul ou Oriente. Muitos na Europa e na América do Norte encontram-se em dificuldades para achar ocupação compatível. Entretanto os salários não especializados descem pela concorrência das economias emergentes e, como os talentos de qualidade estão a prêmio, existe uma forte tensão de desigualdade.

Alguns até dizem que foi esta dinâmica que originou a recente crise financeira. Perante a perturbação política gerada pela disparidade, o Governo americano fomentou o crédito à habitação enquanto os orçamentos públicos europeus se desequilibravam com apoios e subsídios. Em ambos os casos, a dívida acumulada, nos bancos ou no sector público, rebentou inevitavelmente.

Entretanto nos países pobres as pressões são diferentes mas igualmente difíceis. Entre as economias emergentes existe forte melhoria de bem-estar, mas começam a denunciar-se situações de exploração, abuso e violação de direitos, semelhantes às da revolução industrial. Entretanto, nas zonas mais pobres, a estagnação torna-se mais intolerável quando os vizinhos começam a crescer.

Tudo isto não vem da maldade de perversos ou de opções ideológicas neoliberais ou esquerdistas. É apenas um dos muitos episódios em que os evidentes benefícios do progresso vêm acompanhados de tensões com efeitos nefastos sobre o equilíbrio anterior da sociedade. Aliás este quadro de choque e disparidade é semelhante ao que se viveu na Europa em meados do século XIX ou inícios do século XX. Nessas alturas, a reacção foi terrível, com o surgimento de ideologias radicais que criaram os regimes infames e terríveis conflitos globais, ensanguentando os últimos cem anos.

As circunstâncias que nos esperam são explosivas. Aliás, vemos já a acumulação de sintomas, na indignação, rancor, ódio, impasses eleitorais, violência extremista. Potencialmente, desta vez a erupção será ainda mais violenta do que os horrores que os nossos avós viveram. As próximas décadas mostram-se sombrias.

Perante este sinistro cocktail de forças, apenas um ingrediente conseguirá evitar o pior. Trata-se de compaixão, amizade e diálogo, de partilha, solidariedade e benignidade, de paciência, compreensão e perdão. Só quando os que sofrem sentirem o amparo dos mais afortunados e estes partilharem de boa vontade com os deslocados se poderá evitar uma tempestade que arrastará uns e outros.

Ao longo dos séculos, este recurso decisivo tem-se chamado caridade cristã. Ultimamente ganhou outros nomes noutras culturas, mas é vital que seja cuidado e distribuído. Disso depende o futuro.

(*) **Docente universitário**



Janela europeia de oportunidade

António Rodrigues (*)

Dois factos recentes sugerem que se começam a desenhar os contornos para dispormos dos instrumentos normativos necessários para reconstruir mercados e finalmente colocar a economia a funcionar sem a criação de protecções retrógradas, mas assumindo a necessidade de recolocar a economia em plano cimeiro no hemisfério norte, potenciando emprego e recriando riqueza.

O discurso de Barack Obama sobre o "Estado da União" abre uma oportunidade para a economia europeia e para a economia americana. Anunciando a disponibilidade de encetar negociações entre os Estados Unidos e a União Europeia com o objetivo de ser criada uma zona de comércio livre abre-se o caminho para o desenvolvimento de transações comerciais entre as duas maiores economias mundiais.

Este anúncio sucede-se à aprovação do Orçamento comunitário até 2020 no último Conselho Europeu, que acabou com as dúvidas quanto à capacidade de entendimento entre os Estados Membros depois de tal ter falhado no final do ano passado. Constitui ainda a garantia de estabilidade financeira para o espaço europeu, apesar da sua redução.

Uma nova página se vira para o comércio internacional. Uma oportunidade fantástica para o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois espaços económicos. Uma opção que pode representar fazer história.

Os líderes políticos – europeus e americano - dão assim um sinal de compreender a forma de reconstrução económica ao serviço do desenvolvimento do comércio internacional. Demonstram vontade política, capacidade de prospetiva e estratégia futura, salvaguardando empresas e empregos.

Os líderes políticos demonstram capacidade de encontrar respostas para os problemas de falta de reciprocidade de outros estados, sem pôr em causa as suas soberanias. Reagem positivamente acabando com privilégios de uns, demonstrando uma capacidade de afirmação, terminando com uma forma anquilosada de organização económica, ao fim de meio século de costas voltadas.

Europa e EUA têm agora uma oportunidade de voltar a crescer economicamente. Crescer de modo saudável e transparente. Momento para pôr termo ao crescimento do desemprego. Alargando as transações comerciais pela abolição dos entraves fiscais e burocráticos, alarga-se a produção industrial, respeitando as regras ambientais e de protecção dos direitos humanos.

Às vezes basta um breve discurso e uma simples decisão para criar um novo ambiente e uma boa solução construtiva. Esperamos que seja esta uma dessas ocasiões.

(*) **Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD**

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, nº 117-1º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise e aprovação do Relatório e contas de 2012
- 2 - Dar parecer nos termos da alínea f), do nº 2, do artigo 53 dos Estatutos
- 3 - Outros assuntos

AVIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Avis, para reunir no próximo dia 17 de Março de 2013 (domingo), pelas 17h00, na Rua Machado dos Santos, nº 56, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013 - dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f), nº 2 do artigo 53 dos Estatutos
- 2 - Análise da situação política

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 17h00, na sede sita no Edifício Rossio, 2º andar, sala 11 na Praça Marquês de Marialva, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação de contas

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede, para reunir no próximo dia 05 de Abril de 2013, (Sexta-feira), pelas 18h00, na sede, sita no Edifício Rossio, 2º andar, sala 11, na Praça Marquês de Marialva, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Eleição da Comissão Política de Secção
- 2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h00

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2013 (quarta-feira), pelas 21h30,

no Hotel Baia, sito na Av. Marginal, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local e nacional
- 3 - Eleições Autárquicas 2013

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 20h00, na sede sita na Rua Direita, nº 20, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apresentação de contas 2012
- 2 - Emissão de parecer sobre o processo e candidaturas autárquicas de acordo com o artigo 56, nº2, alínea f) dos Estatutos
- 3 - Análise e discussão da situação política actual - nacional e local

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Espinho, para reunir no próximo dia 18 de Março de 2013 (segunda-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua 22, nº 399, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas do exercício do ano de 2012
- 2 - Autárquicas 2013
- 3 - Análise da situação político-partidária

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estarreja, para reunir no próximo dia 22 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua Jornal de Estarreja, 109, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Discussão e aprovação das contas de 2012
- 2 - Análise da situação política nacional e autárquicas 2013
- 3 - Outros assuntos que se reputem de interesse

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção Estremoz, para reunir, em sessão extraordinária no próximo dia 12 de Abril de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita Rua 5 de Outubro, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fronteira, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2013 (quarta-feira), pelas 19h10, na Junta de Freguesia de Fronteira, sita na Rua Manuel Cardoso, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação político-partidária nacional e local
- 3 - Emissão de parecer sobre a candidatura proposta pela Comissão Política de Secção a Presidente da Câmara Municipal de Fronteira, nos termos do artº 50 nº 2 al f) dos Estatutos do PSD

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir, próximo dia 18 de Março de 2013, (Segunda-feira), pelas 20h30 na sede, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação dos cabeças de lista das Juntas de Freguesia do concelho- Autárquicas 2013;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00 no salão da Junta de Freguesia da Palhaça, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais.
- 2 - Outros assuntos.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel para reunir no próximo dia 16 de Março de 2013, (Sábado) pelas 17h00 no Auditório do Pavilhão de Feiras e exposições de Penafiel, sito na rua D. António Ferreira Gomes com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição do Tesoureiro da Comissão Política Concelhia, nos termos da alínea e) do Numero 2 do artigo 53º, sobre Proposta da Comissão Política.
- 2 - Apreciar e deliberar sobre o Relatório de Contas do Ano 2012, e o Orçamento para 2013.
- 3 - Análise da Situação Política Nacional
- 4 - Análise da Situação Política Local.
- 5 - Outros Assuntos.

Nota

- A eleição é por voto secreto e decorre até ao final da discussão do ponto 4.

PENALVA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Penalva do Castelo para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Março de 2013, (sábado) pelas 20h30 na sede da Junta de Freguesia de Ínsua - Rua do Lar, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações.
- 2 - Análise da Situação Política.
- 3 - Apresentação, discussão e orçamento para o ano de 2013
- 4 - Eleições autárquicas 2013.
- 5 - Outros assuntos.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Autárquicas 2013 - Proposta de candidatura à Câmara Municipal de Portalegre



ERRATA ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2013, pelas 14h00, na Sede do PSD, sito no Centro Comercial Norte Vez (Cave), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas.

CONSELHO REGIONAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Regional de Setúbal, para o próximo dia 17 de Março de 2013 pelas 15h, na sede da Junta de Freguesia de Alcochete sita na Rua Ruy de Sousa Vinagre 2890-017 Alcochete, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Autárquicas;
- 3- Diversos.

COVILHÃ

Ao abrigo dos presentes Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da Covilhã, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2013, pelas 16 horas, na Sede do PSD da Covilhã, sita na Rua Visconde da Coriscada, n.º 26, Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise dos primeiros meses de mandato dos órgãos eleitos;
- 2 – Análise da situação política nacional e local;
- 3 – Autárquicas 2013 – Apresentação e apreciação da candidatura de Joaquim Matias às próximas eleições autárquicas;
- 4 – Outros assuntos.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio do Barreiro, para reunir no próximo dia 7 de Abril de 2013, pelas 14 horas, na Sede do PSD/JSD Barreiro, sita na Rua Trás-os-Montes, n.º 4 B, Santo António da Charneca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Concelhia e Mesa de Plenário;
- 2 – Outros assuntos.

Notas:

As listas devem ser entregues, no mesmo local, ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas.

VILA VIÇOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Vila Viçosa, para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2013, pelas 15 horas, na Sede do PSD, sita na Rua Gomes Jardim, n.º 34 A, em Vila Viçosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas devem ser entregues, no mesmo local, à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente a substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 15h00m às 18 horas.